



UnB

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

NOVAS PROPOSIÇÕES PARA UMA CLÍNICA COM TRABALHADORES NO BRASIL

Franciny Tenório Cavalcante Maiorano de Lima

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Magnólia Bezerra

Mendes

Brasília
2025

FRANCINY TENÓRIO CAVALCANTE MAIORANO DE LIMA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Novas proposições para uma clínica com trabalhadores no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Magnólia Mendes

Brasília

2025

Dissertação de mestrado defendida diante e avaliada pela banca examinadora constituída por:

Profa. Dra. Ana Magnólia Mendes
Presidente da Banca
Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Grazielle Alves Amaral
Membro Externo
Universidade Federal de Jataí (UFJ)

Prof. Dr. Emílio Peres Facas
Membro
Interno Universidade de
Brasília (UnB)

Prof. Dr. Jean-Michel Vivès
Suplente
Universidade de Côte d’Azur (UniCA)

Aos amigos e amores que não me
deixam esquecer que tudo começa com
um sonho.

*Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que não se pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero.*

Álvaro de Campos

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles com quem aprendi.

À Ana Magnólia, minha orientadora, por me mostrar saídas, por me colocar no caminho do desejo, por respeitar meu tempo. Pelo acolhimento, carinho e paciência. Por compartilhar os amigos. Pelos jantares e bons vinhos. Pelo encontro.

Ao Prof. Dr. Emílio Facas, pelas aulas apocalípticas, inesquecíveis e preciosas. Por abrir um abecedário de palavras-chaves neoliberais na minha cabeça, por me fazer pensar. Pela gentileza em ler e conversar sobre este trabalho, por aceitar o convite para compor a banca.

À Prof. Dra. Grazielle Amaral, pela disponibilidade e gentileza em aceitar o convite para ler, avaliar meu trabalho e para compor a banca.

Aos professores do PSTO, carinhosamente aos Prof. Dr. Hartmut Günther, pelas pontuações valiosas nos meus trabalhos de PPP; e à Prof. Dra. Fernanda Sousa-Duarte pelo olhar singular sobre métodos de pesquisa, pelo cuidado raro em avaliar minha escrita e por despertar meu olhar para a decolonialidade.

Ao Prof. Dr. Thamy Ayouch, pela gentileza em me receber no seminário “Psychanalyse, colonialité, décolonisations” na Université Paris Cité.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa, Paulo, Yan, Solange, Camila, Bruno e Luiza, pelas trocas, pelos diálogos constantes sobre Psicanálise, escrita e angústias da pós-graduação. Pela ajuda e pela partilha.

Aos alunos da Disciplina “Trabalho e Colonialidade”, pela troca, pelos questionamentos, pelo diálogo. Por fazerem parte desse momento especial como professora.

Ao Prof. Dr. Charles Elias Lang, pela transmissão. Por apresentar a Psicanálise e reapresentar a Literatura.

À Camila e Juliana, pelo amor, confiança e cuidado. Pelos ouvidos atentos e pelas palavras precisas. Por acreditarem em mim, sempre.

À Dani, pela amizade além fronteiras, pela conversa infinita de todo dia, pela alegria e leveza.

À Camila Matos, pela parceria bonita, pelo apoio quando os dias pareciam pesados demais, pela ternura, em ações e palavras.

À Amanda, pela amizade improvável e valiosa, pela gentileza em topar revisar este texto.

À Mabel, minha mãe, que acredita em mim desde o primeiro dia. Por apoiar minhas decisões, respeitar minhas escolhas, mesmo sem concordar. Pelo amor, pela segurança e pelo humor. Por me alegrar e me orgulhar.

Às minhas sobrinhas Lorena e Isabela, pelo amor mais bonito.

Aos meus avós Lassy, Djalma, Terezinha e Everaldo, pelo carinho, pelo gosto pela leitura, pelo cuidado e pela sabedoria.

À Emília Broide, pela escuta, pelas travessias, por me colocar no rumo e no prumo.

Ao Félix, meu amigo, meu amor, meu abrigo. Por ficar, por permanecer e por querer viver o mundo comigo.

À Brasília, que me acolheu desde 2021 e encheu meu coração de céu azul, árvores bonitas e cantos de passarinho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa durante o mestrado.

RESUMO

Esta dissertação discute a colonialidade nos estudos das clínicas sobre o trabalho no Brasil, a partir da intersecção entre psicanálise e crítica social. Por meio de uma pesquisa teórica, do tipo bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter exploratório, o texto aborda não apenas os atrevessamentos da colonialidade no campo do trabalho, mas a importância de uma elaboração teórica que seja sensível a estas questões no campo da escuta clínica do trabalho. Para tanto, tem como objetivo geral investigar como a noção de colonialidade aparece nos estudos sobre a clínica do trabalho no Brasil, e como objetivos específicos: situar o conceito de colonialidade no contexto latino-americano; descrever um panorama da clínica do trabalho no Brasil nos últimos dez anos; e apresentar novas proposições para uma clínica com trabalhadores. O primeiro capítulo introduz o conceito de colonialidade a partir da teoria do sociólogo Aníbal Quijano e de outros estudiosos do movimento Modernidade/Colonialidade. O segundo capítulo expõe os resultados da revisão de literatura sobre Clínica do Trabalho no Brasil nos últimos 10 anos, buscando apresentar um panorama geral da produção e identificar a presença de temas relacionados à colonialidade nestes estudos. Os achados apontam para a existência de 148 artigos, sendo apenas 5 textos que trazem discussões que se aproximam de temas sobre colonialidade, porém evidencia a ausência de trabalhos que incluam a categoria conceitual da colonialidade de forma mais profunda em suas elaborações. O terceiro capítulo discute estes resultados e apresenta novas proposições sobre uma clínica com trabalhadores que contemple os aspectos da colonialidade, como raça, gênero e classe social, em suas formulações teóricas e práticas. Desta forma, defende-se a importância de uma clínica do trabalho que considere o contexto histórico e social do trabalho no Brasil em suas pesquisas. Destaca-se a potência política de uma clínica com e para trabalhadores brasileiros, que aborde a materialidade e a singularidade do trabalhar, subvertendo a universalização da noção de trabalho que esconde as contradições da relação capital-trabalho, eufemizando as possibilidades de luta política da classe que vive do trabalho. Futuros estudos podem ainda contribuir para elaborações teóricas e metodológicas no campo dos estudos da clínica do trabalho em nosso país.

Palavras-chave: Trabalho, Colonialidade, Psicanálise, Clínica do trabalho, Crítica social.

ABSTRACT

This dissertation discusses coloniality in studies of work clinics in Brazil, based on the intersection between psychoanalysis and social critique. Through a theoretical, bibliographic, qualitative, and exploratory research approach, the text addresses not only the intersections of coloniality in the field of work but also the importance of a theoretical elaboration that is sensitive to these issues in the field of clinical listening to work. To this end, the general objective is to investigate how the notion of coloniality appears in studies on work clinics in Brazil. The specific objectives are: to situate the concept of coloniality within the Latin American context; to provide an overview of work clinics in Brazil over the past ten years; and to present new propositions for a clinic with workers. The first chapter introduces the concept of coloniality based on the theory of sociologist Aníbal Quijano and other scholars from the Modernity/Coloniality movement. The second chapter presents the results of a literature review on Work Clinics in Brazil over the last ten years, aiming to provide a general overview of the production and identify the presence of themes related to coloniality in these studies. The findings indicate the existence of 148 articles, with only five texts bringing discussions that approach themes of coloniality. However, they highlight the absence of studies that deeply incorporate the conceptual category of coloniality in their theoretical elaborations. The third chapter discusses these results and presents new propositions for a clinic with workers that considers aspects of coloniality, such as race, gender, and social class, in its theoretical and practical formulations. In this way, the dissertation advocates for the importance of a work clinic that takes into account the historical and social context of labor in Brazil in its research. It emphasizes the political potential of a clinic with and for Brazilian workers, addressing the materiality and uniqueness of working while subverting the universalization of the notion of work, which obscures the contradictions of the capital-labor relationship and euphemizes the possibilities of political struggle for the working class. Future studies may further contribute to theoretical and methodological elaborations in the field of work clinic studies in our country.

Keywords: Work, Coloniality, Psychoanalysis Work Clinic, social critique.

LISTA DE TABELAS

Página

Tabela 1: Artigos publicados por ano no Brasil	39
Tabela 2: Artigos publicados por região do Brasil e por natureza do estudo	41
Tabela 3: Artigos publicador por referencial teórico	43
Tabela 4: Artigos publicados por categoria profissional	44
Tabela 5: Artigos por tema dos objetivos principais	45

Sumário

Introdução	12
I. Colonialidade: um marco teórico epistemológico.....	20
II. Método	36
III. Clínica do Trabalho no Brasil: um panorama	39
IV. Caminhos para a decolonização dos estudos das clínicas sobre o trabalho no Brasil.	50
Considerações Finais	60
Referências.....	63

Introdução

É possível fazer uma escuta clínica do trabalho a partir de uma teoria que não leva em consideração os elementos da formação da história do trabalho de um país? De que maneira as pesquisas, teóricas e empíricas, no campo da clínica do trabalho abordam ou ignoram as dimensões da colonialidade? Este trabalho é um convite para pensarmos estas e outras questões, sem a pretensão de respondê-las ou de esgotar a discussão.

Esta dissertação surge diante de indagações e incômodos a partir da escuta de trabalhadores e empresários em ambiente organizacional durante um período em que realizei consultoria externa para micro empresas. E, em um segundo momento, a partir da escuta de trabalhadores durante minha passagem como psicóloga voluntária no Projeto Clínica Lacaniana do Trabalho (atual Projeto Trabalhadores no Divã) vinculado à Universidade de Brasília. Tal projeto consiste em atendimento clínico supervisionado e gratuito à trabalhadores com queixas relacionados ao trabalho.

O desejo de estudar a articulação entre trabalho e colonialidade, e de investigar como esses atravessamentos são discutidos nas abordagens que propõem uma escuta clínica do trabalho, está presente no meu percurso profissional e acadêmico desde o momento em que me deparei com discursos que traziam à luz os atravessamentos da lógica colonial nas relações de trabalho, na subjetivação dos trabalhadores e nos próprios estudos sobre o trabalho no Brasil.

Mais precisamente, pensar nos atravessamentos da lógica colonial nos estudos que se propõem a tratar questões do trabalho e adoecimento do trabalhador no campo clínico, nos faz questionar se estes campos, não estariam, de alguma forma, reproduzindo e reforçando discursos colonizadores em suas formulações teóricas e, conseqüentemente, em sua escuta clínica.

Enquanto alguns campos do saber como educação, história, sociologia abordam a questão da colonialidade, a centralidade da nossa investigação se encontra em explorar se as proposições de escuta clínica do trabalho se ocupam em discutir as questões sobre colonialidade e como o fazem.

Inicialmente iremos introduzir de maneira breve os dois eixos centrais que estruturam nossa discussão: clínica do trabalho e colonialidade.

Por entender a complexidade dessa proposta de interlocução entre colonialidade e clínica do trabalho, optamos por um diálogo interdisciplinar no campo das ciências sociais e humanas para construir o arcabouço teórico desta pesquisa, valendo-se da psicanálise e da crítica social. Embora possa haver diversas leituras sobre os dois eixos que orientam essa pesquisa, iremos delimitá-los e situá-los como uma proposta de enunciação.

Embora não haja uma definição conceitual nem uma teoria própria da clínica do trabalho, podemos descrever a clínica do trabalho como uma proposta de pesquisa-ação que se ocupa do processo de construção das subjetividades, patologias e saúde mental nos contextos de trabalho e tem como objeto de análise o trabalho (Mendes, 2007). Tendo a psicodinâmica do trabalho como sua abordagem central, funciona por meio da coleta e interpretação dos dados, bem como da intervenção a partir da escuta de um coletivo de trabalho (Mendes & Araujo, 2012).

As indefinições a respeito do objeto de estudo, do conceito de trabalho utilizado e também as imprecisões teóricas no que diz respeito aos estudos sobre a clínica e psicodinâmica do trabalho já haviam sido alertadas por Sousa-Duarte et al. (2022) e Montalvão (2021). Para Montalvão (2021) a psicodinâmica do trabalho utiliza o conceito de trabalho de forma difusa, muitas vezes de modo paradoxal e contraditório, promovendo uma confusão conceitual. Além dessa constatação, o autor aponta para o excesso de investigações que envolvem a relação prazer-sofrimento no trabalho, promovendo uma ausência de diversidade nos temas de investigação.

Apesar destas indefinições e inconsistências, a psicodinâmica do trabalho não apenas se consolidou no Brasil enquanto uma clínica do trabalho como se manteve como abordagem mais utilizada nos trabalhos sobre clínica do trabalho. Parte dessa predominância se deve ao movimento que se iniciou no fim dos anos 80 com os estudos a partir da psicodinâmica do trabalho proposta por Dejours, na França, e que chegou ao Brasil com a publicação em português da sua obra *A Loucura do Trabalho: Estudo em Psicopatologia do Trabalho* (Dejours, 2018); e também com as primeiras

pesquisas que propunham discussões sobre a clínica articulada ao trabalho encontrada nas produções de Mendes (2007).

A psicodinâmica do trabalho tem sua origem na França, no fim dos anos 80, através das formulações de Christophe Dejours. O contexto histórico é marcado pelos efeitos da ascensão do capitalismo industrial, aumento da produção, expansão das áreas urbanas, trazendo à luz o que o autor denomina de história da saúde dos trabalhadores e a luta pela sobrevivência da classe operária no século XIX, ao levantar o debate sobre as condições de trabalho na época como as questões de higiene, remuneração e jornada de trabalho (Dejours, 1987/2017).

Lima (1998) pontua que a psicodinâmica do trabalho, enquanto campo de investigação, começa a ser traçada em meados de 1968 a partir de um movimento social e político que se iniciou na França e que defendia, entre outras causas, a causa trabalhista, ao promover greves operárias que tornaram Maio de 1968 uma referência histórica (Dejours, 1987/2017). Naquela época o interesse de investigação estava ligado às consequências mentais do trabalho e às possibilidades de transformação dessa realidade, e, paralelamente, a psicopatologia do trabalho tinha como objeto de estudo o sofrimento (Lima, 1998).

Embora tenha trazido inúmeras e valiosas contribuições para os estudos sobre o trabalho e a escuta dos trabalhadores no Brasil, é fundamental marcar que o horizonte histórico desta teoria é a França, não o Brasil, e que isso não é indiferente na constituição de um campo do saber, traz implicações éticas e políticas na escuta dos sujeitos e na forma como o saber é produzido e transmitido neste campo de investigação. Como afirma Montalvão (2021, p. 29) “a história da psicopatologia do trabalho e da psicodinâmica do trabalho é, também, a história da França no século XX”. Em consonância, Sousa-Duarte (2020a) afirma que a obra de Dejours “A loucura do Trabalho” é uma análise da história da saúde do trabalhador francês, e complementamos, não é o trabalhador brasileiro que está em questão nesse livro.

É em torno dessa contradição sobre as particularidades do contexto do brasileiro e da apropriação de uma teoria fora desse contexto para tratar questões singulares do trabalho no Brasil

que inicia a nossa análise crítica sobre a criação da clínica do trabalho no Brasil. Este aspecto foi questionado anteriormente por Sousa-Duarte (2020a) ao afirmar que não haviam sido encontrados até o momento trabalhos na área da psicodinâmica do trabalho que considerassem aspectos históricos das relações entre a história da escravidão e a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil.

O nosso segundo eixo central é a colonialidade. A colonialidade diz respeito à estrutura central de poder que articula as relações sociais, econômicas, culturais e subjetivas derivadas do período colonial instituído sobre a violência, dominação e a exploração de seres humanos definidos como inferiores segundo a invenção da ideia de raça (Quijano, 1992). O conceito se ancora na análise dos padrões de poder que continuam mesmo após a independência de países colonizados.

Por ser derivado da formulação teórica de colonialidade do poder proposta por Aníbal Quijano, é importante resgatarmos a compreensão do autor sobre o poder. O sociólogo analisa teórica e historicamente o fenômeno do poder e postula que o poder é constituído por três elementos imutáveis: dominação, exploração e conflito; e que impacta quatro campos da existência social: 1) o trabalho; 2) o sexo; 3) a autoridade pública e 4) a subjetividade, todas elas em seus recursos e produtos, promovendo a disputa pelo controle de cada uma delas (Quijano, 2002).

Nos interessa, de forma mais profunda, a relação entre colonialidade e o campo do trabalho. A aproximação destes campos emerge no cenário de novas estruturas de controle do trabalho (Quijano, 2005). É nesse contexto que surge também a sistemática divisão racial do trabalho (Quijano, 2005; Gonzalez, 2020) e a divisão internacional do trabalho (Ayouch, 2022).

Nesse sentido, o atual padrão de poder mundial se delinea pela inter-relação entre a 1) colonialidade do poder, classificação e hierarquização da sociedade baseada na ideia de raça; 2) capitalismo, em seu caráter de exploração; 3) Estado, como controle coletivo, e 4) eurocentrismo, como mecanismo de controle subjetivo e de produção do conhecimento (Quijano, 2002). Dessa maneira, nosso interesse não é apenas no aspecto histórico da colonização e da formação do sistema colonial, mas também nas estruturas de poder e nas repercussões na divisão social e

internacional do trabalho que delas resultam, nos efeitos na relação do sujeito com o trabalho e na forma como os campos do saber que se propõem a escutar o trabalhador abordam teórica e clinicamente estes aspectos. Estabelecemos então a consideração do trabalho em sua dimensão histórica e social.

A compreensão do trabalho enquanto categoria social implica, em certa medida, a reflexão sobre a importância da historicização do trabalho e sobre o caráter polissêmico do conceito e do significante *trabalho* em campos teóricos específicos. O conceito de trabalho tem sido abordado por diversos campos do conhecimento como a Sociologia, Antropologia, Filosofia, Direito, Economia e Psicologia, contudo a noção de trabalho que adotaremos neste trabalho parte da compreensão do trabalho enquanto categoria ontológica - subjetiva, social, ética e política. As bases dessa noção são resultado da interlocução entre as proposições de Mendes (2018) apoiadas nas formulações de Marx (1867/2023).

Em sua obra “O Capital”, Marx afirma:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1867/2023, p. 326).

Nessa proposição, o trabalho ocupa um lugar fundante e fundamental na compreensão da relação sujeito-sociedade. Em diálogo -e expandindo- esta perspectiva, Mendes (2018) propõe que o trabalho é tão estruturante para o sujeito quanto a sexualidade. A partir dessa premissa, a autora inaugura um caminho para investigar a subjetividade a partir do trabalho valendo-se da teoria e clínica psicanalítica. Esta elaboração compreende o trabalho e sua articulação nas dimensões psíquicas e sociais, pela perspectiva da psicanálise, crítica social e da história do trabalho no Brasil (Sousa-Duarte, 2020).

Esta pesquisa está inserida nos trabalhos do grupo de pesquisa “Psicanálise e Crítica Social

do Trabalho”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília. Portanto, tem como referencial teórico a Psicanálise e se utiliza da análise crítica social realizada nos trabalhos desenvolvidos neste grupo a partir do ano 2018 (Mendes, 2018; Gama & Mendes, 2019a; Gama & Mendes, 2019b; Amaral, Mendes & Facas, 2019; Orejuela et al., 2020; Sousa-Duarte, Brown & Mendes, 2020; Sousa-Duarte, Mendes & Facas, 2020; Sousa-Duarte et al., 2022; Mendes, 2022; Antonio & Mendes, 2023; Gama et al., 2023; Moreno & Mendes, 2024).

As pesquisas produzidas no contexto deste grupo são marcadas pela análise crítica dos estudos sobre o trabalho, em suas dimensões teórica, epistemológica e clínica. Os estudos de Mendes (2018) inauguram a articulação com a teoria psicanalítica de modo singular a partir da proposição de uma escuta clínica do trabalho para pensar não apenas o mundo do trabalho e o adoecimento dos trabalhadores, mas alternativas de saída para o sujeito frente a estas questões.

Esse contexto de trabalho e de pesquisa contribui para a construção dessa pesquisa à medida em que possibilita a análise - crítica- de quais epistemologias estão sendo utilizadas, discutidas e produzidas no campo dos estudos da clínica sobre o trabalho no contexto particular do Brasil e propicia reformulações críticas neste campo do saber.

Tomamos como ponto de partida o conceito de colonialidade para discutir o desenvolvimento da clínica do trabalho no Brasil pois defendemos a premissa de que a compreensão do trabalho enquanto categoria social exige uma análise crítica sobre os efeitos da colonialidade e seus restos que resistem e insistem em permanecer na sociedade e na subjetividade dos trabalhadores, bem como se reproduzem na formulação das teorias que orientam os estudos sobre o trabalho, e, mais precisamente, os estudos sobre a clínica do trabalho no Brasil.

Maldonado-Torres (2008) intervém sobre a importância de reconhecermos, questionarmos e debatermos a colonialidade do poder, este que seria o primeiro passo na democratização da sociedade e da reconstituição epistemológica como a possibilidade de uma racionalidade alternativa. Nesse sentido, pensar a colonialidade seria também repensar teoria e prática no que

tange aos estudos que se ocupam da escuta clínica dos trabalhadores no Brasil e propor alternativas para as questões contemporâneas sobre o mundo do trabalho e o adoecimento do trabalhador.

Nesta dissertação propomos uma discussão interessada em refletir como a clínica do trabalho vem sendo teorizada e praticada no Brasil, ao mesmo tempo em que almejamos analisar a relação entre colonialidade e estudos sobre a clínica do trabalho, ao lançar luz para os desafios e possibilidades de uma clínica com trabalhadores que não os colonize. Pretendemos discutir estas questões que, embora centrais, parecem ainda insuficientemente pesquisadas e discutidas nos debates sobre a clínica do trabalho, enquanto teoria e prática, e em seus desdobramentos políticos, éticos e epistemológicos.

A relevância desta pesquisa reside na urgência de questionar as bases epistemológicas e práticas do que vem sendo denominado e difundido como clínica do trabalho no Brasil e refletir sobre como o trabalho é pensado, analisado e escutado dentro deste campo do saber. Justifica-se também pela possibilidade de compreensão de como as intervenções clínicas estão relacionadas com legados históricos e estruturas de poder estabelecidas em um contexto advindo do sistema colonial, não invisibilizando a história do trabalho no Brasil como um ponto fundamental nessa construção.

Deste modo, esta pesquisa pretende contribuir para a discussão de teorias e práticas de abordagens que se ocupam da escuta clínica do trabalho para que estas promovam uma teoria e prática clínica sensível e atenta às realidades históricas e sociais brasileiras. As contribuições podem ser exploradas pelas teorias que orientam os estudos sobre o trabalho no Brasil e instigar diálogos interdisciplinares, interseccionais e decoloniais.

Neste sentido, o objetivo geral dessa dissertação é investigar como a noção de colonialidade aparece nos estudos sobre a clínica do trabalho no Brasil. Os objetivos específicos são:

- I. Situar o conceito de colonialidade no contexto latino-americano;
- II. Descrever um panorama da clínica do trabalho no Brasil nos últimos dez anos;
- III. Apresentar novas proposições para uma clínica com trabalhadores.

Para tanto, esta dissertação é apresentada em quatro capítulos complementares que contemplam os diferentes objetivos propostos. O primeiro capítulo, de caráter teórico conceitual, apresenta o Estado da arte sobre colonialidade, tendo como referencial teórico principal a Sociologia e as produções latino-americanas, contexto que marca a emergência do conceito. O segundo capítulo compreende a apresentação do método, dos procedimentos de coleta e de análise dos dados. O terceiro capítulo consiste na apresentação dos resultados do levantamento bibliográfico realizado a partir de categorização dos dados, bem como em uma breve análise de como a questão da colonialidade vem sendo contemplada nas formulações teóricas e práticas sobre a clínica do trabalho no Brasil. O quarto capítulo apresenta a discussão dos resultados articulada a perspectivas críticas que apontam para as possibilidade de uma decolonização da clínica do trabalho e de novas proposições para uma clínica com trabalhadores.

I. Colonialidade: um marco teórico epistemológico

Da colonização á civilização, a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais deespatchadas, não sobraria um único valor humano.

Aime Cesaire

O conceito de colonialidade pode ser compreendido como um marco teórico e epistemológico nas ciências humanas e sociais, especialmente, no campo dos estudos latino-americanos. Teórico pois almejou a construção de uma teoria singular e epistemológico à medida em que buscou refletir acerca da natureza de um conhecimento. Elaborado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, surge em um cenário político peculiar, e se faz importante analisar o contexto histórico e social em que esse conceito é estruturado.

A proposta deste capítulo é expor uma breve história e uma tentativa de historicização do conceito de colonialidade, bem como apresentar uma possível leitura de seus desdobramentos teóricos e epistemológicos que ganharam forma no âmbito dos estudos latino-americanos e estudos decoloniais.

Inicialmente, faremos uma breve introdução sobre quem foi Aníbal Quijano e quais influências marcaram o desenvolvimento de sua teoria. Em seguida, faremos uma apresentação do conceito de colonialidade e colonialidade do poder. Paralelamente, iremos elucidar nossa proposição de enquadre teórico e epistemológico enquanto uma possível leitura a partir da construção do conceito.

Aníbal Quijano (1928-2018) nasceu em Yanama, uma pequena vila dos Andes peruanos, território que foi parte de uma das civilizações mais antigas da América (Zevallos, 2018). Inicialmente formado em História, foi fundador do primeiro programa de Sociologia do Peru, na Universidade

Nacional Agrária de La Molina (UNALM) em 1962, e responsável por estabelecer a profissão de sociólogo no Peru; também foi professor da mais antiga universidade das Américas, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) em Lima, no Peru (Rubbo, 2018).

Em seu percurso acadêmico, passou por outras universidades fora do seu país, no Chile, Venezuela, Bolívia, México, EUA, e, inclusive, Brasil, onde foi professor do Instituto de Estudos Avançados na Universidade de São-Paulo (IEA-USP) entre 1922 e 1993, além de ter experienciado importantes processos político-sociais ao redor das Américas, como sua participação em movimentos sociais no Peru, o que contribuiu para a originalidade intelectual, crítica e política de seu pensamento (Rubbo, 2018).

Segato (2021) considera a colonialidade como uma das quatro orientações teóricas latino-americanas que ultrapassou as barreiras e causou impacto no pensamento mundial, estabelecendo um vocabulário que permite um outro olhar para a história. Em consonância com essa postulação, defendemos a estruturação do termo *colonialidade* como um marco. Um marco pois, no âmbito acadêmico, representou também uma mudança de paradigma, além de uma contribuição significativa para os pensadores do campo. Este marco significa também colocar essas discussões para além das fronteiras que dividem o Norte e o Sul Global e demarcar uma posição na história do pensamento crítico latino-americano e mundial.

Essa tentativa de desmarginalizar cultural, social, econômica e cientificamente a América Latina mobilizou uma série de pensadores a refletir intelectualmente e politicamente sobre as formas de aprender e ensinar na América Latina e sobre a América Latina. Essa virada pode ser situada dentro do que hoje conhecemos como estudos latino-americanos e que circula como componente curricular e cursos acadêmicos ao redor do mundo, e também do que foi denominado como Epistemologias do Sul (Sousa Santos & Meneses, 2009), marcando uma mudança de paradigma onde o hemisfério Sul é o horizonte.

Epistemologias do Sul foi um termo inicialmente criado por Boaventura de Sousa Santos em

1995 para reivindicar a diversidade epistemológica do mundo e validar as produções de conhecimento fora do âmbito europeu e americano (Sousa Santos & Meneses, 2009). Foi considerado um projeto epistemológico e também foi a denominação dada a um compilado de textos publicado em formato de livro em 2019 que afirma a existência e, ao mesmo tempo, questiona, a dominação de uma epistemologia descontextualizada de seu contexto cultural e político (Sousa Santos & Meneses, 2009). Este livro materializa e registra a produção de autores importantíssimos dentro do Movimento Modernidade/Colonialidade e dentro do círculo de ações e projetos vinculados aos estudos críticos da América Latina ao longo dos anos.

O que é referido como Sul compreende o aspecto geográfico, mas não se limita a ele, uma vez que também compreende o aspecto metafórico ao contemplar os territórios que foram submetidos ao colonialismo europeu e estadunidense, e não alcançaram níveis de desenvolvimento econômico similares aos países do norte, ou seja, é um projeto de reparação aos danos historicamente causados pelo colonialismo e pelo capitalismo (Sousa Santos & Meneses, 2009).

Esta proposição – a colonialidade- se qualifica como epistemológica pois busca validar conhecimentos. Surge como uma alternativa de legitimar novos pensamentos e atribuir validade a outras perspectivas de análise da América Latina e do mundo. Nesse sentido, toma forma como um projeto tanto epistemológico quanto político, “é a afirmação de outra maneira de ser, de estar, de pensar, de existir e de resistir” (Sousa Santos & Meneses, 2009, p.1).

Portanto, voltemos ao nosso enquadre teórico e epistemológico do conceito de colonialidade a fim de elucidarmos nossa proposição inicial. Primeiro, vale dizer que entendemos ambos como interdependentes e complementares. Segundo, temos o aspecto teórico, que compreende o contexto histórico e temporal da construção de um conjunto de ideias e teses que estruturam e sustentam a teoria sobre a colonialidade. Terceiro, o aspecto epistemológico, que demarca um lugar de enunciação da teoria, seu desenvolvimento e seus postulados, no conjunto de contribuições e reflexões nos campos do conhecimento que se ocupam em discutir temas relacionados.

Historicamente o trabalho de Quijano é influenciado pelas guerras de independência,

constituição das Repúblicas na América Latina e Caribe, e pela reorganização do Movimento indígena da América Latina (Quijano, 2005). É nessa conjuntura que, no fim dos anos 1990, surge o Movimento Modernidade/Colonialidade (M/C), coletivo composto por intelectuais e professores latino-americanos que subverteu a compreensão da história da modernidade e do capitalismo, ao mesmo tempo que “atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhos e novas questões para o continente” (Ballestrin, 2013, p. 89).

O caráter crítico do movimento marca também os “bastidores” de sua fundação. O grupo M/C é resultado da dissolução de outro grupo denominado “Estudos Subalternos Indianos” (grupo que dialogava com os estudos pós-coloniais), uma vez que os representantes da América Latina passaram a considerar insustentável permanecer utilizando teorias produzidas fora do contexto latino-americano para estudar e analisar o contexto dessa região (Ballestrin, 2013). Uma virada epistemológica se encontra na base do movimento e permaneceu ao longo de suas tentativas de construção de uma epistemologia própria, tendo a centralidade da América Latina e pensadores latino-americanos como referência.

É no contexto deste movimento que aparece também a ideia, reformulada, de sistema/mundo colonial/moderno proposta por Mignolo (2003). Neste modelo, o professor argentino argumenta que a narrativa e a teorização a respeito do mundo moderno cometem o erro de não considerar a colonialidade em suas análises, e é incisivo ao declarar o caráter indissociável da modernidade e da colonialidade, uma vez que a violência e a barbárie foram concomitantes às ações enquadradas na esfera da “civilização”, “progresso” e “modernização” defendidas pelo sistema colonial.

Em nossa leitura, a crítica sobre a modernidade dialoga com a crítica do paradigma europeu proposta por Quijano (1990). Nessa crítica, o autor argumenta que a racionalidade na qual a modernidade foi inventada, produziu ideias de conhecimento distorcidas e falsas promessas de desenvolvimento. O autor também propõe a desobediência epistêmica (Quijano, 1990) como uma saída para o domínio eurocêntrico das ciências e do conhecimento.

Mignolo (2017) é categórico ao declarar que a colonialidade é o lado mais escuro da modernidade. O autor questiona a noção de modernidade ao tentar mostrar outra face da modernidade que não é exposta nem debatida, mas que não pode ser apagada nem desconsiderada. Ao fazer um breve apanhado histórico sobre as invasões nos períodos da colonização, ele nos convoca a pensar sobre as narrativas que foram criadas para contar a história das invasões europeias no Renascimento, mas podemos ampliá-las para pensar as invasões europeias em outros momentos da história: “Há, no entanto, uma dimensão oculta dos eventos que aconteciam ao mesmo tempo, tanto no âmbito da economia como no do conhecimento: a dispensabilidade (ou descartabilidade) da vida humana, e da vida em geral” (Mignolo, 2017, p. 4).

O Movimento Modernidade/Colonialidade emergiu como uma crítica às narrativas hegemônicas sobre o que se denominava como modernidade. A crítica tem como base o argumento de que a modernidade, comumente associada a algo positivo, ao progresso, ao avanço e ao desenvolvimento está, na verdade e em essência, ligada a processos de dominação, violência e exploração que surgiram com a colonização das Américas (Quijano, 2005). Este grupo parece situar o conhecimento não como uma descoberta individual, mas como uma construção coletiva, histórica e política.

Mignolo (2010) refere-se a esta problemática como o “mito da modernidade”. Nesta argumentação, o autor discute que a modernidade é um fenômeno europeu que surge quando a Europa se coloca como centro da história mundial, se constituindo e se reproduzindo como uma narrativa hegemônica e unilateral. Há também o caráter retórico, uma racionalidade que permitiu a instrumentalização da razão e do conhecimento, naturalizando-o de tal modo a torná-lo inquestionável e incontestável.

A submissão também aparece como artefato essencial para o estabelecimento da racionalidade/modernidade eurocêntrica uma vez que nega aos povos colonizados qualquer lugar que não seja o de submissão (Quijano, 2005). Podemos então inferir que os papéis e posições sociais que são ocupados na sociedade atual derivam desse processo de imposição colonial. A partir dessa

perspectiva, podemos assumir que há um entrelaçamento entre as noções de Modernidade e Colonialidade, e que esta nova ótica se empenha em decolonizar epistemologias, desnaturalizar a modernidade, repensar as noções de desenvolvimento e progresso. Podemos, talvez, apontar a noção de modernidade como um mito. Consequentemente, Ballestrin (2013) lista cinco contribuições do Movimento (M/C): (1) reconstrução de uma narrativa que coloca a América Latina como território fundacional do colonialismo e, consequentemente, da modernidade; (2) centralidade da América Latina como um campo de experimentação do racismo a serviço do colonialismo; (3) reconhecimento da diferença colonial como uma hierarquia ideológica construída no período colonial; (4) validação dos conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser como uma denúncia da continuidade das opressões do colonialismo, e (5) aceitação da perspectiva decolonial como uma possibilidade para pensar conhecimento e liberdade.

Segundo Maldonado-Torres (2019) a concepção de colonialidade nasce no contexto de guerras, genocídios e invasões da América. Esta seria uma das faces encobertas da Modernidade que o conceito de colonialidade se propõe a desvelar, uma tentativa de evidenciar que a essência da Modernidade repousa na violência e no extermínio de muitos povos ao longo dos anos e de vastas áreas geográficas.

A subversão permeia a formulação do conceito de colonialidade em várias dimensões. À medida em que questiona o conjunto de poder globalmente hegemônico de maneira crítica, ela inaugura também uma nova direção à leitura da história dos fatos, um novo paradigma, o estabelecimento de investigações críticas em coerência com os acontecimentos históricos e políticos da sua época (Segato, 2021).

De acordo com Quijano (2009):

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade [...] O colonialismo é, obviamente, mais antigo,

enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo [...] (p. 73).

Nesta perspectiva, podemos dizer que o conceito de colonialidade não apenas extrapola o sentido clássico de colonização, mas propõe uma análise das estruturas globais de poder e sua permanência na organização e estruturação social. Podemos entender a colonialidade como uma estrutura persistente na sociedade atual, com repercussões que transcendem o campo econômico e que trazem consequências para as relações sociais e relações de trabalho (Mignolo, 2017). Lançar luz a este conceito é também reconhecer a organização e sistematização de uma ideia e de um arcabouço teórico como etapas essenciais para a construção do conhecimento e, mais precisamente, do conhecimento científico.

A colonialidade é a ideia que se cria a partir dessas estruturas de dominação para justificar o sistema de exploração, se expressando nas relações sociais e estruturas de poder que permanecem até hoje como uma herança do processo de colonização, ao mesmo tempo em que interroga como essas relações de poder continuam a moldar as dinâmicas sociais, econômicas e políticas (Quijano, 2005). A partir dessa perspectiva, podemos estabelecer uma leitura da colonialidade como um projeto histórico-político permanente, um fenômeno que está em constante transformação e atualização.

A historicização constitui um elemento essencial na formulação teórica sobre a colonialidade. Defendemos a ideia de que a noção de colonialidade só é possível a partir da historicização do processo de colonização e do sistema colonial, por meio de uma análise crítica e profunda que possibilita revisitar o passado, desconstruir e desnaturalizar narrativas hegemônicas e fazer uma leitura singular sobre a nossa sociedade nos dias de hoje.

Neste ponto, pensamos ser pertinente expor a definição de colonização e colonialismo como base para o desenvolvimento da teia conceitual da colonialidade. O colonialismo é definido como “sistema político, econômico e social caracterizado por um processo de dominação pelo qual uma

nação mantém ou estende seu controle sobre territórios ou povos estranhos” (Michaelis, 2024). A colonização é o “processo de exploração de colônias ou de territórios colonizados” (Michaelis, 2024). Há uma interlocução entre os conceitos, mas sustentamos que o conceito de colonialidade propõe um avanço da compreensão do fenômeno.

Césaire (1913/2020) defende a equação “colonização = coisificação” ao denunciar o caráter desumano da colonização e sua tentativa de desumanizar os povos que foram colonizados e também os colonizadores, e ao estabelecer relação entre desumanização, violência e dominação como características essenciais da colonização. O autor discorda, enfaticamente, da aproximação entre colonização e civilização e salienta que se considerarmos todas as ações realizadas durante o processo de colonização não sobraria nenhum valor humano.

O sistema colonial, a ação colonial, têm a capacidade de desumanizar até o homem mais civilizado, compreendendo inclusive o colonizador, uma vez que se sustenta e se justifica no desprezo pelo homem nativo (Césaire, 1913/2020). O colonialismo aparece como um sistema estabelecido em um período histórico específico, marcado pela exploração de pessoas e de territórios, fundada e justificada pela desqualificação de um povo em detrimento de outro.

A dominação política, cultural e social, de forma concreta, dos europeus sob os povos de todos os outros continentes é denominada colonialismo (Quijano, 1992, 2014a, 2014b). E, embora o colonialismo, enquanto sistema de dominação política, tenha sido formalmente extinguido, a estrutura e a organização de poder colonial forjaram categorias sociais, raciais e étnicas que permanecem até hoje na sociedade.

O colonialismo recebe o enquadre de regime ao ser entendido a partir da perspectiva da sua intrínseca brutalidade, crueldade, e dos efeitos psíquicos, subjetivos e ideológicos da dominação, da violência das relações assimétricas de poder (Fanon, 1961/2022). Nesse panorama, o colonialismo é visto a partir das suas dinâmicas de poder, violência, opressão, alienação e também seus produtos.

Em outras palavras, a colonização diz respeito ao processo histórico, o colonialismo refere-se ao sistema de exploração e controle, enquanto a colonialidade é o que nomeia a manutenção e

reformulação das opressões coloniais e padrões de poder, mesmo que o sistema colonial, enquanto ordem política objetiva e explícita, já tenha sido destruído. A colonialidade é a estrutura de poder que se originou no processo de colonização, que se mantém e que acompanha a história, se atualiza e se reinventa.

As mazelas causadas pela colonização e sua falsa ideia de modernidade foram muito bem denunciadas por Aimé Césaire durante o período das lutas de independência dos países africanos, em especial das colônias francesas. Ele afirma que as raízes do racismo estão no colonialismo, e que ambos sustentam o capitalismo e suas práticas de dominação e exploração (Césaire, 1913/2020). Os padrões de poder, tal como conhecemos hoje, surgem no colonialismo e tomam forma a partir da lógica colonial em todas as suas nuances e alcances e são reforçados, essencialmente, pelo sistema capitalista.

A correlação capitalismo, racismo e colonialismo também é discutida por Frantz Fanon. Ao colocar o racismo e a racialização como elementos intrínsecos ao processo de colonização e de um sistema de dominação ainda maior no que diz respeito à violência e à desproporcional disseminação das relações capitalistas de produção para todo o território não europeu, Fanon sustenta que o capitalismo se ergueu a partir das ideias de divisão e hierarquização racial. (Faustino, 2018).

Defendemos a premissa de que um dos pilares para a compreensão da colonialidade é a construção da ideia de raça. Segundo Quijano (2005) raça é uma invenção colonial, uma categoria mental que serviu para justificar e legitimar a dominação de povos não europeus e naturalizar as relações coloniais de opressão e exploração. Neste cenário, temos o eurocentrismo e a imposição de uma classificação da sociedade apoiada na ideia de raça, resultando na determinação hierárquica de lugares sociais correspondentes. Assim, “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. [...] A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras” (Quijano, 2005, p. 117).

Incorporados à ideia de raça têm-se vários dualismos: inferior-superior, primitivo- civilizado,

européu- não europeu, irracional-racional, corpo-alma etc., reiteradamente sustentados por uma hierarquização. Uma estratificação que serve, historicamente, a propósitos de dominação e desumanização. Para Balibar e Wallerstein (2021) o conceito de raça está intrinsecamente ligado a um sistema de hierarquia. O próprio princípio da hierarquia consiste na posição de algumas pessoas acima e de outras abaixo de determinado nível ou critério -retroalimentado e justificado em si mesmo- estabelecido de pessoas que são consideradas privilegiadas e que devem ter privilégios em detrimento de outras (Balibar & Wallerstein, 2021).

Ao discutir a utilidade da raça, Balibar e Wallerstein (2021) afirmam que a ideia de raça tem a função de manter as estruturas e modos de exploração ao mesmo tempo que mantém hierarquias duráveis e permanentes. A invenção da raça consiste em uma ferramenta e um mecanismo de poder, uma estratificação originada de um conceito pseudobiológico que permeia tensões sociais diversas.

De acordo com Balibar e Wallerstein (2021, p. 247), “raça é uma representação coletiva obscura de uma categoria internacional de classe, a das nações proletárias [...] ela substituiu a religião, que desempenhou esse papel, no mínimo, desde o século VIII d.C”. As diversas elaborações sobre o termo raça encontram um lugar comum: o padrão de poder colonial, a demarcação de um status social global que desencadeia exclusão e opressão. A categorização social que foi se moldando a partir da ideia de raça naturalizou uma suposta inferioridade de todos os povos não europeus, funcionando como um mecanismo de legitimação das relações de dominação que estavam sendo impostas pela colonização (Quijano, 2005). Esse mecanismo se estabeleceu dentro de uma complexidade social e cultural ao preço de extermínios e massacres de proporções gigantescas e incalculáveis.

Estas novas denominações vieram carregadas de determinismos e segundo Quijano (2005) a ideia de raça se tornou o critério fundamental e basilar de distribuição e classificação da população.

“A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas

procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial” (Quijano, 2005, p. 117).

A ideia de raça passa a estruturar as relações sociais a nível global. De forma estratégica, esta concepção passa a ser o elemento primordial para evocar as relações de dominação que o processo de colonização impôs. A ideia de raça criou sua própria discursividade que fundamentou -e fundamenta- as ações dos colonizadores e dos colonizados e funciona como instrumento de dominação mundial à medida em que justifica todas as formas de violência praticadas.

Portanto, ao propor a relação entre a ideia de raça e o conceito de colonialidade evidenciamos que estes representam um encargo histórico e estruturante das relações subjetivas, sociais, culturais, econômicas e (geo)políticas do mundo até hoje. Nesse sentido, podemos lançar mão das elaborações teóricas produzidas a partir da noção de colonialidade em três dimensões: colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser.

Como toda produção do conhecimento, há diversos atravessamentos teóricos e temporais, e ampliação das discussões em torno destes conceitos. Contudo, ressaltamos que não há um consenso sobre a “autoria” das formulações, e que as atribuições feitas aqui são resultados dos achados do corpo textual utilizado nesta pesquisa. Deste modo, temos a colonialidade do poder, elaborada por Aníbal Quijano; colonialidade do ser, pensada inicialmente por Walter D. Mignolo e desenvolvida por Maldonado Torres, e colonialidade do saber formulado por Walter D. Mignolo.

Compreendemos a formulação teórica da colonialidade do poder como o alicerce das outras duas proposições. Essas dimensões são formulações que organizam um pensamento e propõem a continuidade de uma ideia e de uma teoria. De antemão, vale ressaltar que estas dimensões são complementares e interrelacionadas e estão articuladas de modo singular com a dimensão histórica, social e subjetiva da organização e dinâmica das sociedades.

O sociólogo peruano defende que a compreensão da colonialidade do poder é um elemento fundamental para explicar a história complexa e paradoxal na América Latina e da América Latina

com o resto do mundo. Ele defende que a categorização social criada paralelamente à invenção da América promoveu uma distorção singular na compreensão e concepção sobre os povos e sua organização social, por meio uma reconcentração brutal e sanguinária dos recursos do mundo e tendo as relações de poder no campo do trabalho como motor para essa dominação (Quijano, 1992). A colonialidade do poder surge como um conceito para nomear os efeitos sociais, econômicos, políticos e subjetivos baseados nos critérios de classificação hierárquica que surgiram na relação colonial e que moldam as relações sociais desde então. O efeito desta classificação é incontestável no atual padrão global de poder, através da dominação social, material e intersubjetiva e, consequentemente, fundamentam a dominação política (Quijano, 2002).

A colonialidade do poder, como efeito global, organiza as relações econômicas e geopolíticas, estrutura as formas de conhecimento e cultura, perpetuando a marginalização de tudo o que é não europeu (Quijano, 2005). A colonialidade pode ser entendida como o motor central das relações de poder sustentadas na classificação social básica da população em torno da ideia de raça, esta que foi e continua ancorada à história da América, da Europa e do capitalismo (Quijano, 2005).

A segunda dimensão, colonialidade do saber, está intimamente relacionada ao campo epistemológico, em termos de conhecimento, saberes e ciência. Em parte impulsionado pela análise sobre o papel e o lugar das universidades na sociedade, mas também por questionar a naturalização dos discursos sobre o conhecimento, Mignolo desenvolveu a noção de colonialidade do Saber. Nela, o professor discute que esta dimensão da colonialidade é responsável pela validação de saberes eurocêntricos e pelo privilégio do lugar de enunciação dado historicamente aos europeus (Mignolo, 1995).

O conhecimento se origina e passa a ser utilizado como ferramenta a serviço dos interesses de dominação e poder, ganha contornos totalitários, universalistas e excludentes ao negar toda a experiência ou expressão cultural e intelectual que não se situa no campo dos saberes eurocêntricos, e que, consequentemente, não são considerados científicos (Lander, 2005).

A colonialidade do saber engloba não apenas a dominação colonial do conhecimento, mas também da linguagem, da memória, da cultura (Mignolo, 1995). Surge então um legado epistêmico eurocêntrico que é velado e que produz efeitos inegáveis como o apagamento, inviabilização e invalidação de outros saberes, um mecanismo que dificultou durante muito tempo a compreensão do mundo a partir de outras perspectivas e epistemes próprias.

A linguagem está indissociada da ciência (conhecimento e sabedoria) e é por meio dela que o conhecimento se inscreve, os sujeitos encontram suas identidades e expressam sua cultura (Mignolo, 2003). A inscrição do conhecimento, em sua complexidade, diz respeito também aos padrões estéticos e técnicos que são utilizados nesse processo, e estes, por sua vez, são influenciados pelas relações de dominação existentes a cada momento da história.

A partir desse argumento e, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do saber forjam a colonialidade do ser (Mignolo, 2003). Surge então a terceira dimensão, a colonialidade do ser, esta que compreende o caráter ontológico da colonização, a humanização e desumanização, compreende também a subjetividade (Mignolo, 2003). Maldonado-Torres (2008) afirma que Walter Mignolo foi o primeiro integrante do grupo Modernidade/Colonialidade a sugerir este conceito, mas os registros não conferem uma única autoria.

A colonialidade do ser se refere à experiência vivida na colonização e seu impacto na linguagem, no sujeito produzido pela colonialidade, no campo ontológico do projeto colonial, considerando linguagem, história e existência dos povos colonizados e dos colonizadores (Maldonado-Torres, 2017). Em diálogo com essa formulação, Calligaris (2021) concebe a posição do colonizador e do colono enquanto posições discursivas que permanecem no imaginário do sujeito. A colonialidade do ser se expressa pelas dinâmicas excludentes de poder que sustentam a construção do senso comum, do funcionamento da sociedade e das tradições culturais (Maldonado-Torres, 2008).

Por fim, temos o conceito de decolonialidade. Derivado da decolonialidade do poder, tem

como referência as práticas decoloniais oriundas dos movimentos sociais e revolucionários em oposição à colonização (Silva & Omena, 2024). Esta dimensão se apresenta como o contraponto à colonialidade do poder. A decolonialidade do poder se coloca como uma alternativa política e epistemológica em oposição à colonialidade e suas múltiplas manifestações. Podemos, em certa medida, conferir um caráter decolonial à própria construção teórica sobre colonialidade.

É importante fazer uma pontuação sobre o uso deste termo para esclarecer possíveis dúvidas quanto ao emprego da palavra decolonial em detrimento da palavra descolonial. Os achados até o momento mostram que, segundo Walsh (2017), as produções textuais e verbais do grupo Modernidade/Colonialidade utilizam tanto os termos descolonial/descolonialidade quanto decolonial/decolonialidade, e que a supressão da letra “s” é uma escolha da autora para demarcar a objeção ao sufixo “des” em espanhol, que significaria uma reversão do colonial. Para a professora, não há a possibilidade de uma “passagem de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e marcas deixassem de existir” (Walsh, 2017, p. 12). Podemos considerar que essa estratégia linguística pretende marcar uma oposição à ideia de “desfazer o colonial”, de desfazer o que foi feito durante o processo de colonização, e de contestar um estado nulo da colonização. Tal delimitação marca também o caráter político e de luta (Walsh, 2017) que reverbera na teoria e na prática. Como nossa pesquisa não almeja aprofundar questões semânticas e gramaticais dessa terminologia, e também por considerarmos haver uma indefinição entre as nomenclaturas descolonial e decolonial nos estudos no Brasil, seguiremos a proposta de Walsh e adotaremos o binômio decolonial/decolonialidade.

A decolonialidade ganhou forma com o “giro decolonial”, iniciado enquanto formulação teórica, epistemológica e política, em reuniões do grupo M/C, e também como um movimento de resistência, inspirado pelos movimentos de luta indígena e africana (Mignolo, 2010). Essa denominação parece demarcar um lugar de enunciação de todo um arcabouço teórico sobre o colonialidade/decolonialidade e suscita reflexões sobre os avanços teóricos e epistemológicos produzidos nesta conjuntura.

A América latina está na vanguarda da decolonialidade e da busca por perspectivas de saberes não eurocêntricos. Ballestrin (2013, p. 89) “defende a opção decolonial-epistêmica, teórica e política- para compreender e atuar no mundo”, levando em consideração a persistência da colonialidade nas relações subjetivas e intersubjetivas a nível mundial.

Algumas aspirações da decolonialidade incluem romper com a lógica hegemônica da modernidade e analisar criticamente os efeitos da colonialidade do poder, do saber e do ser nas experiências singulares dos sujeitos (Maldonado-Torres, 2007). Consiste em uma proposta radical que ambiciona quebrar os paradigmas limitantes e limitados da lógica da colonialidade em suas mais diversas expressões.

Dentre algumas discussões do grupo Modernidade/Colonialidade, entrou em debate a utilização do termo decolonial em detrimento de outras nomenclaturas como “pós coloniais” e “anticoloniais” para se referir aos estudos que discutem o colonialismo e suas relações de poder, estrutura e constituição.

Para nos situar dentro dessas denominações, apresentaremos, de forma breve, estas definições, sem pretensão de limitar a diversidade de seus significados, mas com o intuito de estabelecer um referencial didático. De acordo com Ballestrin (2013) a expressão “pós colonial” pode ser entendida por duas vertentes, 1) cronológica, referente a todos os acontecimentos na história que ocorreram após os processos de fim da colonização: independência, libertação e emancipação; 2) teórica, referente às contribuições históricas dos estudos literários e culturais especialmente na Inglaterra e Estados Unidos.

O termo “anticolonial” está intrinsecamente ligado às lutas, revoluções, aos movimentos de resistência e libertação nacional, originados no mesmo espaço cronológico e temporal do colonialismo. O anticolonialismo se apresenta como o contraponto ao colonialismo enquanto sistema político, social e econômico, e reflete na aspiração à liberdade, paz, progresso e justiça social (Cabral, 2024).

O que nos parece certo é que todos os termos tem em comum um radical: o colonial. Apesar

das diferenças etimológicas e epistemológicas que o emprego de cada termo anuncia, essa discussão nos remonta à centralidade deste capítulo, a colonialidade, e busca colocar em pauta as reverberações do sistema colonial na sociedade, no sujeito, no mundo do trabalho, na ciência, nos modos de pensar e na investigação científica.

II. Método

“[...] hoje é possível reviver o fascismo, quer saber, é possível na perfeição. basta ser-se trabalhador dependente. é o suficiente para perceber o que é comer e calar, e por vezes nem comer, só calar.”

Valter Hugo Mãe

A presente dissertação consiste em uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, e caráter exploratório, de acordo com a classificação proposta por Gil (1946/2019). A escolha pela pesquisa teórica se justifica pelo intuito de estabelecer um ponto de partida para o aprofundamento conceitual e para a proposição de novos diálogos entre campos do saber que não se ocuparam, precisamente, em estudar a articulação entre colonialidade e clínica do trabalho. De acordo com Gil (1946/2019), a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de pesquisa fundamental para aprofundar a compreensão de uma problemática que busca a articulação de pressupostos teóricos diferentes.

A classificação de pesquisa exploratória se dá por compreender que esta dissertação pretende desenvolver, elucidar e discutir conceitos e ideias que podem contribuir na formulação de novas hipóteses a serem testadas em estudos posteriores (Gil, 1946/2019). A escolha da pesquisa qualitativa se deu pela possibilidade de organizar dados, estabelecer explicações e elucidar conceitos que não são apresentados em termos de quantidade, intensidade ou frequência (Gil, 2021).

Segundo Gil (2022, p. 44) “embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”. Nesse sentido, a escolha pelo levantamento bibliográfico se apoiou na possibilidade de investigar o estágio atual de conhecimento acerca da questão “colonialidade, clínica e trabalho” com o intuito de estruturar perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas. Optamos por realizar a revisão bibliográfica narrativa na condução desta pesquisa. Esta modalidade de revisão é considerada como uma revisão de literatura tradicional (Botelho et al., 2011) e tem o intuito de descrever, de forma ampla e geral o estado da arte dos temas específicos, sob o ponto de vista teórico e contextual (Rother, 2007). Esta categoria de revisão bibliográfica consiste na análise crítica

pessoal e interpretação da literatura, por meio do pesquisador, sem necessariamente fornecer etapas padronizadas da metodologia replicáveis nem respostas quantitativas para as perguntas de pesquisa (Botelho et al., 2011).

Análise

A pesquisa foi conduzida em cinco tempos: levantamento bibliográfico, identificação de textos nas bases de dados acadêmicas, seleção do corpo teórico, organização de material e categorização. Para tanto, utilizou-se a análise de conteúdo categorial-temática proposta por Bardin (1977). Esta modalidade de análise consiste na utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos na análise das comunicações – verbais ou escritas, e, nesta pesquisa, exclusivamente escrita – com o intuito de obter indicadores, definir padrões de significado, criar temas (ou categorias) e fazer inferências (Bardin, 1977).

A autora também estabelece três etapas fundamentais na condução desta análise: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 1977). A fase de pré-análise compõe a operacionalização inicial e a formulação do corpus da pesquisa. Nesta fase, foi feita a organização dos dados a partir da leitura flutuante, posteriormente, a seleção dos documentos, a formulação de hipóteses e objetivos, e a definição dos indicadores e índices de referência. A segunda fase, exploração do material, consistiu na definição de temas e palavras-chaves através da codificação e categorização semântica. Nesta fase foram categorizados os principais eixos temáticos: (1) Colonialidade, (2) Clínica do Trabalho, (3) Clínica do Trabalho e Colonialidade (4) Perspectivas Críticas. Por fim, a terceira etapa, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os resultados foram sistematizados e apresentados a partir dos objetivos previamente definidos na estruturação inicial da pesquisa e das articulações teóricas pretendidas.

Procedimento

O material foi levantado na base de dados eletrônica Google Acadêmico no período de junho

de 2014 a outubro de 2024. A escolha desta base de dados se justifica por considerarmos que esta fonte de busca abrange um grande número de bases de dados nacionais e permite a configuração de operadores lógicos e configurações avançadas de delineamento de busca.

Inicialmente foram utilizados os descritores “Clínica do Trabalho” (AND) “Brasil” e “Clínica do Trabalho” (AND) “Colonialidade”, com a definição de recorte temporal para estudos publicados nos últimos 10 anos, entre 2014 e 2024. Antes de aplicar os critérios de inclusão e exclusão foram encontrados 1.740 resultados para “Clínica do Trabalho” (AND) “Brasil” e 40 resultados para “Clínica do Trabalho” (AND) “Colonialidade”.

Os textos foram pré analisados e selecionados a partir da leitura do título e resumo, levando em consideração os seguintes critérios de inclusão: (1) artigos publicados em língua portuguesa; (2) que apresentem relevância temática; (3) disponibilizados de forma integral virtualmente. Foram utilizados como critérios de exclusão: (1) estudos fora do contexto brasileiro; (2) livros, capítulos de livros, anais de congresso, resenhas, entrevistas, trabalho de conclusão de curso, Teses e Dissertações; (3) artigos em que o tema da Clínica do Trabalho não apareciam no resumo; (4) artigos em duplicidade; (5) artigos em línguas estrangeiras; (6) artigos que não apresentavam resumo. Após essa análise, foram selecionados 148 textos a partir dos descritores “Clínica do Trabalho” (AND) “Brasil” e cinco textos a partir da busca “Clínica do Trabalho” (AND) “Colonialidade”, todos já haviam sido encontrados por meio da busca inicial, ou seja, artigos em duplicidade. O conjunto final de textos foi composto por 148 artigos que tiveram seus resumos e considerações finais lidos integralmente, e as demais partes do texto lidas parcialmente de acordo com os interesses de investigação.

Os 148 artigos selecionados para revisão foram categorizados de acordo com (1) ano de publicação; (2) região brasileira; (3) natureza do estudo: teórico ou empírico; (4) referencial teórico; (5) categoria profissional estudada; (6) temáticas dos objetivos principais, e (7) discussão sobre colonialidade.

III. Clínica do Trabalho no Brasil: um panorama

“Na minha divisão pessoal, o emprego é o lugar onde eu trabalho. Se meu emprego permite que eu trabalhe, é um bom emprego. Se não permite, é hora de sair em busca de um que me deixe trabalhar.”

Eliane Brum

Ao considerar o período dos últimos dez anos de produção científica no campo da clínica do trabalho, seguindo os critérios definidos nesta pesquisa, estamos não apenas fazendo uma análise dos estudos mais recentes publicados, mas também uma observação sobre a disseminação desta teoria no contexto brasileiro ao longo dos anos. Conforme apresentado na Tabela 1, foram selecionados 148 artigos. Tendo como referência que a introdução deste campo de investigação no Brasil começou nos anos 90, é possível observar o ápice das produções em 2018 (n=25) e uma redução no número de publicação desde então, porém sem identificação de tendências de diminuição.

TABELA 1
Artigos publicados por ano no Brasil

Ano	N
2014	13
2015	10
2016	14
2017	22
2018	25
2019	18
2020	11
2021	7
2022	

	12
2023	9
2024	7
Total	148

Na distribuição por região do Brasil, considerou-se tanto a localização das instituições onde as pesquisas foram conduzidas quanto a filiação institucional dos autores. Como ilustrado na Tabela 2, as regiões Sul e Centro-Oeste se destacam como as regiões que mais produziram neste campo durante o período analisado, com, respectivamente, (n=52) e (n= 46) publicações.

Esta predominância pode estar relacionada à criação de laboratórios, vinculados às Universidades, que realizaram projetos de pesquisa, extensão e ensino como o Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB), fundado em 2007, e o Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Embora nem todos os trabalhos listados mencionem explicitamente a vinculação de determinada pesquisa com o laboratório em questão, a importância das atividades desses dois laboratórios e de um terceiro, o Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da Universidade Federal do Amazonas, no contexto do desenvolvimento dos estudos em clínica do trabalho no Brasil já havia sido evidenciada e reconhecida nos trabalhos de Ghizoni et al. (2015) e Macêdo e Bueno (2017).

Das produções catalogadas e que explicitam suas vinculações institucionais, atribui-se 8 trabalhos vinculados ao Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da UnB, 6 artigos associados ao Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da UFRGS, e 3 produções realizadas pelo Laboratório da Universidade Federal do Amazonas. Vale ressaltar que este número provavelmente não é fidedigno ao real número de produções associadas aos respectivos Laboratórios, tendo em vista que a maioria dos artigos analisados foram produzidos no âmbito das universidades em questão, porém não deixaram explícito as participações de seus laboratórios responsáveis.

Em contrapartida, a redução no número de publicações a partir de 2018, conforme TABELA 1, pode ser atribuída ao fato de que o Laboratório que mais publicava neste campo, Laboratório de Clínica e Psicodinâmica do Trabalho da (UnB), mudou sua epistemologia e passou a introduzir teorias críticas a clínica do trabalho a partir do referencial teórico e metodológico da Psicanálise. Tal transição está registrada na obra *Desejar, Falar, Trabalhar*, de Mendes (2018). A ruptura com a psicodinâmica do trabalho é marcada pela compreensão de que esta teoria não se apresentava mais como uma abordagem possível de explicar o agravamento do adoecimento do trabalhador e o surgimento de novas patologias do trabalho, além de não considerar os elementos da colonialidade (Mendes, 2018).

Ao evidenciar que ainda não saímos do mundo colonial, a pesquisadora inaugura o conceito de discurso capitalista colonial (Mendes, 2018), tendo como referência os quatro discursos formulados por Lacan, e propõe uma escuta clínica do trabalho atenta às novas formas de brutalismo dos modelos de gestão alicerçados no poder colonial e na colonização do sujeito e do trabalho vivo.

Ainda na dimensão institucional, observou-se a inserção da pesquisa em algumas instituições públicas de saúde, como o estudo de Bottega e Merlo (2017), que se ocupou de estudar as possibilidades de escuta clínica aos trabalhadores no SUS, na universidade (Albarelllo & Freitas, 2024; Amaral et al., 2017; Tundis & Monteiro, 2018) e no poder judiciário (Chehab, 2017; Bezerra & Francisco, 2021; Magnus & Merlo, 2015; Melo et al., 2023; Monteiro et al., 2018; Lourenço et al., 2024).

TABELA 2
Artigos publicados por região do Brasil
e por natureza do estudo

Região	N
Centro-Oeste	46
Nordeste	21
Norte	9

Sudeste	34
Sul	52
Natureza do Estudo	N
Empírico	117
Teórico	31

Outro dado presente na Tabela 2 é a delimitação por natureza do estudo. Cerca de 80% dos estudos foram de natureza empírica (n=117), evidenciando a dimensão prática e o lugar da psicodinâmica como um instrumento de intervenção no campo da clínica do trabalho (Mendes et al., 2014). Em contrapartida, foram identificados 31 estudos teóricos, sendo 11 exclusivamente trabalhos de revisão bibliográfica.

No conjunto de artigos de revisão, identificou-se que a maioria das revisões fizeram um levantamento sistemático, descritivo e geral da produção sobre psicodinâmica do trabalho no Brasil, somando um total de 7 artigos (Giongo et al., 2015; Conde et al., 2019; Albarello & Freitas, 2022; Machado & Macedo, 2017, Macêdo & Miranda, 2019). A última revisão de literatura desse teor foi publicada em 2022 e teve como objetivo analisar como a psicodinâmica do trabalho foi aplicada no Brasil, durante o período de 2015 a 2020 (Albarello & Freitas, 2022). Enquanto outros autores se ocuparam de realizar revisões de temas específicos como, por exemplo, o estado da arte da psicopatologia do trabalho no Brasil (Sousa-Duarte et al., 2022), saúde mental de professores (Canuto & Macêdo, 2022), e contribuições da psicodinâmica do trabalho nas relações de trabalho no contexto da Pandemia da Covid-19 (Rodrigues et al., 2022).

A distribuição dos artigos por referencial teórico resultou em 9 diferentes referenciais, de acordo com a indicação direta ou indireta de utilização de cada um deles como referencial teórico e/ou metodológico. Os referenciais teóricos encontrados foram: Clínica da Atividade, Ergologia, Ergonomia, Psicanálise, Psicodinâmica do Trabalho, Psicossociologia, Psicopatologia do Trabalho e Sociologia Clínica. Em alguns artigos não foi possível identificar o referencial teórico utilizado. A

Tabela 3 indica que a psicodinâmica do trabalho foi o referencial mais utilizado nos trabalhos, com o total de 110 artigos.

Observou-se também que mais de um referencial teórico foi utilizado em 20 artigos.

Psicanálise e Psicodinâmica do Trabalho foi a combinação de teorias com maior número de artigos (n=7), com os trabalhos de Ghizoni & Mendes, 2014; Gomez, et al., 2021; Cardoso et al., 2021; Gómez & Chatelard, 2020; Biasi & Thomé, 2018; Rosa & Quiroga, 2019 e de Santiago et al., 2016, sendo este último articulado com a Teoria dos Processos grupais para discutir sobre o medo e as vivências subjetivas no trabalho de vigilância prisional.

Embora não haja um consenso sobre o referencial teórico que pode ser atribuído à clínica do trabalho no Brasil e não pretendemos, neste momento, iniciar uma discussão epistemológica sobre as apropriações teóricas, identificou-se que alguns autores defendem a ideia de “clínicas do trabalho”, no plural, apesar de divergências de delimitação de objeto de estudo e de imprecisões na concepção de trabalho para cada uma delas. Alguns destes trabalhos propõem a investigação sobre os sentidos do trabalho de uma categoria específica de trabalhadores, as benzedeiras, a partir da psicodinâmica do trabalho, psicossociologia e ergologia (Caldas et al., 2016); sobre a função do trabalho como operador da saúde por meio da ergonomia, psicopatologia do trabalho e psicoterapia Institucional (Silva & Ramminger, 2014); sobre a prática clínica em diversos contextos de trabalho, baseado na psicodinâmica do trabalho, clínica da atividade, psicossociologia, ergologia (Ghizoni et al., 2015), e sobre uma proposta heterogênea de clínica do trabalho, valendo-se da ergologia, clínica da atividade, psicossociologia e psicodinâmica do trabalho (Soldara, 2017).

Levando em consideração teorias, campos do saber e divulgação científica, os artigos foram publicados majoritariamente em periódicos de Psicologia (n= 74), seguidos de revistas científicas de Saúde (n= 14) e Educação (n= 6). Dentre os periódicos de Psicologia, as revistas *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (n=16) e *Trabalho em Cena* (n= 13) lideraram o número de publicações.

TABELA 3

Artigos publicador por referencial teórico

Referenciais teóricos	N
Clínica da Atividade	18
Ergologia	5
Ergonomia	4
Processos Grupais	1
Psicanálise	7
Psicodinâmica do Trabalho	110
Psicossociologia	6
Psicopatologia do Trabalho	2
Sociologia Clínica	1

No que diz respeito às categorias profissionais investigadas, foi identificada a presença de grande variedade de setores, e as categorias mais contempladas foram os trabalhadores da área da saúde (n= 29) e da área da educação (n=22) como apresentado na Tabela 4. No campo da saúde, a maioria dos trabalhos não especificam as categorias profissionais pesquisadas, mas alguns trabalhos explicitam as categorias de médicos, enfermeiros e assistentes sociais que atuam principalmente em instituições públicas do SUS (CREAS, NASF, UBS, CAPS) e investigam os temas *prazer* e *sofrimento* (n=5), juntos ou separadamente, a relação saúde mental e trabalho (n= 4). No campo da educação, a categoria mais investigada é a de *professore*, a os temas predominantes são: vivências de prazer e sofrimento (n= 10) e vivências subjetivas e sentidos do trabalho (n=2).

TABELA 4

Artigos publicados por categoria profissional

Categoria Profissional (Setor/área)	N	Categoria Profissional (Setor/área)	N
Abate	4	Gestão (sem especificação)	5
Arte	1	Informática	2

Atendimento/Vendas	6	Limpeza	1
Aviação	1	Metalúrgico/Indústria	7
Bancário	4	Pesquisadores	3
Benzedeiras	1	Rural	4
Catadores	2	Saúde	29
Direito	8	Segurança	5
Transporte/Entrega	3	Serviço Público (sem especificação)	4
Educação	22	Turismo	2

Na tabela 4 também é possível observar quatro artigos que analisaram trabalhadores rurais em suas pesquisas. Este dado corrobora a constatação de Giongo et al. (2015), a partir de um trabalho de revisão sistemática da literatura em clínica do trabalho, que evidencia a escassez de pesquisas com trabalhadores rurais em comparação ao trabalho urbano. No contexto rural, foram investigados o sofrimento psíquico no trabalho em condições análogas à escravidão no setor de pedreira e lavoura de cana-de açúcar (Chehab, 2017); o trabalho precário de suinocultores (Giongo et al., 2017); e as vivências de sofrimento e os modos de subjetivação de fumicultores do Rio Grande do Sul (Castro & Monteiro, 2016; Borstmann & Perez, 2018).

A análise dos objetivos principais das pesquisas mostrou que as vivências de prazer e sofrimento (n=43) foi o tema mais investigado, seguido de discussões teóricas e metodológicas (n=23), sofrimento relacionado ao trabalho (n=20), relação saúde e adoecimento no trabalho (n=11) e discussão sobre intervenções (n= 11). Vale ressaltar que algumas pesquisas estudaram mais de uma temática ao mesmo tempo.

TABELA 5
Artigos por tema dos objetivos principais

Temáticas principais	Número de Artigos
Assédio Moral	4
Acidente de Trabalho/ Limitações físicas e Trabalho	3
Bem-estar e Mal-estar no Trabalho	1
Depressão e Trabalho	1
Discussão Teórica e/ou Metodológica	23
Estratégias defensivas	4
Estratégias de Mobilização Coletiva	4
Gênero e Trabalho	2
Intervenções	11
Mobilização Subjetiva	5
Organização do Trabalho	6
Prazer relacionado ao Trabalho	2
Precarização e Vulnerabilidade do Trabalho	5
Racismo e Trabalho	1
Reconhecimento no Trabalho	3
Riscos Psicossociais relacionados ao Trabalho	2
Relações de Trabalho na Pandemia	3
Saúde e Adoecimento relacionado ao Trabalho	12
Segurança no Trabalho	2
Sentidos do Trabalho	5
Sufrimento relacionado ao Trabalho	20
Violência/Medo/Conflitos relacionados ao Trabalho	3
Vivências de Prazer e Sofrimento	43

A busca por temas também foi realizada visando encontrar temáticas relacionadas à colonialidade e clínica do trabalho, e, em um segundo momento, por trabalhos que apresentassem uma perspectiva crítico-histórica sobre a clínica do trabalho no Brasil, revelando uma produção inexpressiva desta temática. No que concerne às buscas a partir dos descritores “Trabalho e Colonialidade”, apenas três publicações apresentavam o termo “colonialidade” em seus textos (Oliveira & Amador, 2023; Vieira, 2022; Sousa-Duarte et al., 2022), somados a dois artigos (Oliveira & Amador, 2022; Cavalcante & Dias, 2017) que, embora não apresentem o termo “colonialidade” literalmente, podem ser considerados como aproximações a esta discussão.

Oliveira e Amador (2023) discutem os desafios da colonialidade para o campo da clínica do trabalho a partir da pesquisa desenvolvida com professores, seguindo o referencial teórico da clínica da atividade. Esta pesquisa aborda a categoria raça e lança luz ao debate sobre racismo e branquitude na constituição histórica do ofício docente. Uma segunda pesquisa dos mesmos autores discorre sobre a proposta de uma clínica do trabalho antirracista ao indicar a importância de analisar criticamente os conceitos da clínica da atividade que são resultado de um privilégio epistêmico, tendo como centralidade a questão do racismo (Oliveira & Amador, 2022).

Vieira (2022) denuncia a escassez de pesquisas que trabalhem a interseccionalidade das categorias “classe, gênero e raça” no campo da clínica do trabalho no Brasil, defendendo uma posição decolonial na prática clínica do trabalho a partir das especificidades sócio-políticas da América Latina. Enquanto Sousa-Duarte et al. (2022) sinalizam a importância de inaugurar um novo campo da psicopatologia clínica do trabalho a partir de um giro decolonial, que considere a história do trabalho no Brasil e que possa constituir aspectos sócio-históricos, ontológicos e epistemológicos desses campos no contexto da América Latina.

Em consonância com estes autores, o trabalho de Cavalcante e Dias (2017) discute a vulnerabilidade do trabalho a partir de uma análise histórica da constituição do capitalismo. Os autores abordam a relação social de controle de trabalho advinda do capitalismo, mas, em nossa análise, falham em não fazer a referência ao processo de colonização na formação do capitalismo.

Como resultado da busca por outros textos que trouxessem um olhar crítico para as questões de colonialidade, colonização e colonialismo, encontramos trabalhos que fazem alusão a estas temáticas, embora não partam da construção sobre colonialidade como fundamentação teórica. Estes trabalhos podem ser divididos em três conjuntos: (1) dimensão histórica do trabalho; (2) trabalho escravo; e (3) adaptações que a teoria da psicodinâmica do trabalho, originada na França, apresenta diante do contexto brasileiro.

A dimensão histórica do trabalho é citada na pesquisa de Pereira Soares et al. (2022) ao afirmar a importância de considerar o aspecto histórico, cultural e social do trabalho e a perpetuação de discursos coloniais e suas relações com vivências de exploração e violência laboral. Cardoso et al. (2021) falam brevemente sobre o modelo social marcado por desigualdades e exploração historicamente mantidas, porém não discutem de forma direta o processo de formação colonial da sociedade brasileira. Por fim, Feltrim e Silva (2020) mencionam a relação entre a organização social do trabalho historicamente construída e os efeitos na subjetividade do trabalhador, mas não fazem qualquer articulação com a colonização. Identificou-se que esses três artigos, apesar de, potencialmente, iniciarem uma discussão sobre aspectos históricos do trabalho no contexto brasileiro, não conseguem trazer um aprofundamento sobre a história e a historicização do trabalho no Brasil.

O segundo conjunto, trabalho escravo, diz respeito a uma única pesquisa (Chehab, 2017) que discorre sobre a organização do trabalho escravo no Brasil, a herança escravagista nas relações de trabalho e a história de exploração do trabalho humano, porém não faz nenhuma argumentação sobre colonialidade ou colonização, como também nenhuma menção sobre a relevância desta discussão na elaboração teórica, prática e epistemológica da clínica do trabalho.

Por fim, o terceiro conjunto compreende uma discussão epistemológica a partir da problematização sobre como a psicodinâmica do trabalho, teoria originalmente francesa, foi incorporada no Brasil e passou a ser o referencial teórico de maior expressividade e representatividade no campo da clínica do trabalho. A perspectiva crítica de Sousa-Duarte et al.

(2022) sobre a difusão e consolidação da Psicodinâmica do Trabalho em nosso país já havia lançado luz para a possível desconsideração, por parte dos pesquisadores, sobre as diferenças de contexto histórico do trabalho e da doença mental entre França e Brasil.

No entanto, Santos et al. (2022) falam da historicidade dos processos de apropriação das ideias francesas no Brasil no campo da psicologia do trabalho e da clínica do trabalho; mencionam a importância de que as apropriações e construções teóricas sejam avaliadas criticamente, porém fazem isso de maneira superficial e não desenvolvem esta argumentação. Macêdo e Miranda (2019) apresentam um estudo que menciona a inserção da teoria francesa no Brasil, lançam o olhar para a dimensão histórica das “raízes da psicodinâmica no Brasil” (p. 217) e o contexto histórico do Brasil no campo do trabalho, mas não fornecem qualquer articulação que leva em conta o histórico colonial do Brasil. Portanto, foi possível identificar que, em ambas as pesquisas, embora sejam consideradas as diferenças de contexto histórico e social entre a França e o Brasil, não há sequer uma alusão sobre a singularidade da história do trabalho no Brasil, do sistema colonial, das relações de poder e dos efeitos desses elementos na subjetividade dos trabalhadores e na escuta clínica sobre o trabalho em nosso país.

IV. Caminhos para a decolonização dos estudos das clínicas sobre o trabalho no Brasil

*A palavra é o cerne da existência, tem uma ação no mundo,
faz as coisas acontecerem, faz o futuro.*

Spensy Pimentel

A ausência, ou quase ausência, de discussões ligadas à colonialidade corroborada em nossos achados da revisão bibliográfica da produção em clínica do trabalho no Brasil nos lança um alerta para a urgência em repensarmos a forma como modelos teóricos e práticos neste campo vêm sendo desenvolvidos no país. Em nossos resultados, a proposta de Vieira (2022) se coloca como uma tentativa de analisar as possibilidades de contribuições do pensamento decolonial para a clínica do trabalho. Em sua pesquisa, o autor reforça a importância do pensamento decolonial como um caminho para fazer reflexões críticas sobre as visões hegemônicas de mundo, de sujeito e de trabalho e também do conhecimento que vem sendo produzido, colocando a decolonialidade como uma ferramenta política para as transformações das relações de trabalho (Vieira, 2022).

O segundo resultado que discute colonialidade e clínica do trabalho limita suas discussões ao debate racial no âmbito do trabalho, englobando as práticas e discursos racistas neste contexto e finaliza reconhecendo a importância de uma clínica do trabalho antirracista (Oliveira & Amador, 2023). Enquanto se debruçaram em investigar a categoria profissional de professores e propor uma discussão pertinente sobre a questão do racismo e dos ofícios, consideramos que as autoras não expandiram a discussão para outras questões como as relações de poder envolvidas na gênese do processo de escravidão e também nas relações do trabalho docente. Acreditamos que, por utilizar a clínica da atividade como referencial teórico-metodológico, não tenha sido possível analisar o trabalho enquanto categoria de investigação de forma mais aprofundada, tendo em vista que o objetivo de investigação seria a atividade, e não o trabalho.

Ambos os achados, embora tenham em comum uma reflexão crítica sobre a questão colonialidade/decolonialidade nos estudos sobre clínica do trabalho, nos levam, em um primeiro momento, a encontrar aproximações com a nossa temática de pesquisa e revelam uma diferença radical no que diz respeito ao que foi considerado como clínica do trabalho e também no que concerne às articulações que são feitas a partir da noção de trabalho. Tais distanciamentos serão elaborados ao longo do capítulo, mas é importante demarcá-los de maneira introdutória. O primeiro distanciamento consiste na nossa discordância sobre o conceito de clínica. Defendemos que o procedimento teórico-metodológico utilizado nas pesquisas de Oliveira & Amador (2023) e Vieira, (2022), a clínica da atividade, propõe uma pesquisa intervenção por meio da escuta, mas não necessariamente uma escuta clínica. E no que diz respeito ao conceito de trabalho, em nossa leitura destas pesquisas evidencia-se que se reduz à atividade exercida e ao emprego enquanto ofício, se distanciando da noção ontológica e social do trabalho proposta por Mendes (2018).

Nesse sentido, a proposta desse capítulo é situar a clínica com trabalhadores (Mendes, 2022; Silva, 2024), através da articulação entre psicanálise e crítica social, em uma perspectiva decolonial, apresentando as possibilidades, impossibilidades, desafios e algumas tentativas do que já vem sendo desenvolvido neste campo e dentro desta perspectiva. Nossa argumentação será organizada a partir de três perguntas principais: (1) Por que a clínica do trabalho difundida no Brasil não responde mais às demandas do campo do trabalho? (2) Por que a proposta de uma clínica com trabalhadores seria diferente das abordagens já existentes no Brasil? (3) Por que ela precisa ser diferente? Não temos a pretensão de respondê-las, mas são elas que guiarão nossa discussão.

Para inaugurar este debate, utilizaremos dois referenciais teóricos base, mas não nos limitaremos a eles. O primeiro consiste na proposição teórica, metodológica e prática da Clínica Lacaniana do Trabalho proposta por Mendes (2022) e a segunda diz respeito à proposição de uma psicanálise situada e decolonial elaborada por Ayouch (2019).

A nossa primeira pergunta desemboca na análise do contexto histórico da criação da clínica do trabalho e da sua abordagem mais utilizada no Brasil, a psicodinâmica do trabalho. Além de reforçar

que o contexto social, histórico e cultural da teoria de Dejours era a França, é importante destacar que esta abordagem surge como uma investigação sobre organização do trabalho no sistema taylorista (Mendes, 2007) e do sofrimento específico causado por esse modelo repetitivo, monótono, padronizado, controlado e, essencialmente, tecnicista e protocolar de trabalho (Montalvão, 2021). Embora, para a época e por muitos anos, este campo de estudo tenha trazido contribuições significativas para pensar as condições de trabalho e o adoecimento do trabalhador, ela não conseguiu abarcar antigas e novas problemáticas relacionadas ao trabalho e propor uma crítica social. No que tange a questões antecedentes, nos parece que não foi levado em consideração que a exploração racial precedeu a constituição do proletariado. Já no que diz respeito a temas atuais, temos a impressão de que ela não acompanhou questões sobre a precarização do trabalho, trabalho informal, terceirização, neoliberalismo, trabalho em plataformas digitais (Mendes, 2020).

Estes questionamentos já haviam marcado o percurso de elaboração teórica dos trabalhos de Mendes (2018, 2020, 2022), Sousa-Duarte (2015, 2020) e Sousa-Duarte et. al. (2022). Segundo Sousa-Duarte (2020a) as abordagens da Psicodinâmica e da Psicopatologia do trabalho foram apropriadas de forma acrítica e a-histórica no Brasil, sem considerar a história do trabalho no Brasil e os legados da escravidão em diversos contextos e condições de trabalho em nosso país.

Ao propor uma psicopatologia clínica do trabalho, as questões relacionadas à colonização aparecem na formulação sobre o Discurso Capitalista Colonial (Mendes, 2018) fundamentada na Psicanálise e na teoria dos discursos da Lacan. Ao investigar a tirania dos modelos de gestão e de outros modelos de organização do trabalho, nos moldes do controle absoluto, rigidez de tarefas, competitividade, imperativos de desempenho e foco, a autora defende a existência de artifícios do poder colonial neste discurso que levam à colonização do sujeito (Mendes, 2018).

Este discurso capta as similaridades dos discursos de gestão com os discursos colonialistas e colonizadores da época da colonização que operavam por meio de uma “matriz colonial de poder” (Mignolo, 2017). As aproximações se dão ao evidenciar o discurso falacioso de descentralização das decisões, autonomia, flexibilidade, avanços, conquistas, valorização, qualificação (Mendes, 2018) para

encobrir a verdade da exploração e da dominação.

Em diálogo com os questionamentos acerca da psicopatologia do trabalho, Sousa-Duarte (2020a) propõe a emergência de uma psicopatologia crítica do trabalho. Ao fazê-lo, a autora formula uma historicização da psicopatologia do trabalho como estratégia inicial para uma virada decolonial nos estudos sobre trabalho. Ao parafrasear Mignolo (2011) que coloca a colonialidade como o lado mais escuro da modernidade, Sousa-Duarte (2020a) afirma que os estudos sobre trabalho no contexto brasileiro tem negligenciado a colonialidade, e inicia elaborações sobre “o lado mais escuro do trabalho no Brasil” (p.41).

Sobre este lado da história do Brasil, a jornalista Eliane Brum (2019, p. 127) fala do Brasil como uma “terra erguida sobre seus cadáveres por colonizadores que já foram colonizados, [...]” denunciando a escravidão enquanto um genocídio que não é dito pelas palavras, mas através de um silenciamento. Fazendo um salto de articulações, este silenciamento pode ser observado, em certa medida, na consideração deste fenômeno nas propostas teóricas sobre clínica do trabalho.

Para Sousa-Duarte (2020b) o processo de escravidão foi acontecendo ao longo dos anos no Brasil e ressaltou a importância de analisar as simetrias entre o passado escravocrata e escravista do país e a forma como se dão as relações de trabalho e os modelos de gestão. Entende-se o papel da escravidão como elemento basilar para entender a produção e reprodução dos sistemas econômicos e sociais.

A herança simbólica das relações coloniais também foi discutida por Memmi (2007), Fanon (1961/2022) e Calligaris (2021). Ao falar sobre a desumanização do colonizado, Memmi (2007) enuncia que a definição do colonizado parte de uma sucessão de negações, sempre colocada como algo negativo, uma falta. Fanon (1961/2022) traz a discussão sobre os efeitos psíquicos na subjetividade do colonizado e do colonizador e apresenta atendimentos clínicos para ilustrar as “perturbações mentais” advindas de uma guerra colonial. Por fim, Calligaris (2021), analisando o contexto brasileiro, formula uma discussão sobre psicanálise e sujeito colonial a partir da colonização das Américas que é caracterizada por dois sofrimentos distintos: o peso da violência da colonização europeia e a demanda

americana de um projeto bem-sucedido.

A partir destas colocações, a autora evidencia a necessidade de estudar o que vem sendo discutido sobre a divisão racial do trabalho e a racialização do trabalho no Brasil (Sousa-Duarte, 2020a). Neste ponto, se destacam as contribuições de Gonzalez (2020) que, embora não sejam relacionadas ao campo da clínica, mas sim aos aspectos do mercado de trabalho brasileiro, podem oferecer subsídios para pensarmos uma clínica decolonial com trabalhadores. Como militante do movimento negro e estudiosa do feminismo afro-latino-americano, Gonzalez (2020) denuncia que a divisão racial do trabalho existe no Brasil e é responsável pela manutenção e equilíbrio do sistema capitalista e das formações socioeconômicas que dele resultam.

A divisão racial do trabalho é articulada ao racismo na sua dimensão ideológica e de conjunto de práticas e isso repercute no que a autora denomina “exército industrial de reserva” (Gonzalez, 2020). Este conceito fala da vulnerabilização do trabalho, a partir do contexto brasileiro de desemprego, miséria e fome que acomete tanto os negros quanto os brancos pobres que são alvo da exploração, empregos intermitentes e/ou por temporada, e remunerações subfaturadas.

O trabalho de Carneiro (2011) também discute as relações de trabalho no Brasil considerando a divisão racial do trabalho. A filósofa, escritora e ativista aborda os temas trabalho e exclusão racial, e o combate ao racismo no trabalho a partir da problematização do processo histórico que reduziu pessoas a mercadorias e ferramentas de trabalho (Carneiro, 2011). A autora tenta resgatar os processos de subjetivação destes sujeitos a partir das relações de poder, exploração e de marginalização social.

Ainda no conjunto de autoras brasileiras que discutem a questão do trabalho a partir de uma perspectiva sócio-histórica, temos o trabalho de Bento (2022) que reinaugura o conceito de capitalismo racial. Em seus escritos, a psicóloga discorre que o capitalismo racial consiste na junção do mecanismo de exploração do trabalho assalariado e da lógica de raça, etnia e gênero nos mecanismos de expropriação, revelando a brutalidade que sustenta a sociedade brasileira.

Neste momento é importante fazer uma marcação para elucidar que estas autoras, embora

não tomem a clínica como ponto de partida de suas reflexões, constituem uma nova leva de pensadoras que discutem as questões do trabalho a partir da realidade e das especificidades do contexto brasileiro e do trabalhador brasileiro. Feita esta pontuação, reconhecemos as diferenças epistemológicas, mas apostamos na potência do diálogo destes estudos como referencial para articular bases teóricas -e políticas- fundamentais para a clínica com trabalhadores em nosso país.

Retomando a discussão sobre os caminhos percorrido por Mendes em seus estudos sobre a clínica psicanalítica do trabalho, a autora atualiza suas formulações sobre o discurso capitalista colonial ao analisar a complexidade de uma “clínica repleta de nuances associadas ao modo produtivo do capital neoliberal-digital e a fabricação de sujeitos desenlaçados da sua existência ético-política” (Mendes, 2020, p. 76). Estas formulações podem ser tomadas como um movimento para tentar dar conta de novas questões que começam a surgir no mundo do trabalho e nas falas dos trabalhadores.

O discurso capitalista colonial também escancara os atravessamentos da colonialidade nas relações de trabalho em face das assimetrias de poder, o que, definitivamente, não foi considerado nas proposições anteriores no campo da clínica do trabalho (Mendes, 2020). Esta investigação contribui para analisar as construções ideológicas e subjetivas que sustentam e reproduzem a lógica capitalista colonial.

A última proposição de Mendes (2022) consiste na clínica lacaniana do trabalho. Esta clínica compreende a dimensão de pesquisa clínica e também de tratamento para os trabalhadores adoecidos pelo trabalho. Utilizando conceitos lacanianos como pulsão, gozo, real e sujeito, Mendes (2022) discute como a interlocução entre a teoria lacaniana do sujeito, a crítica social e o trabalho na clínica podem fornecer saídas para o sujeito. Esta é uma proposição clínica-teórica-metodológica construída a partir dos dispositivos da clínica psicanalítica e que propõe direções ao tratamento dos trabalhadores, considerando os aspectos do capitalismo e de noções específicas do trabalho.

Nesse momento, a pesquisadora também introduz a noção de discurso capitalista colonial digital (Mendes, 2022) trazendo mais um avanço em sua teoria. Esta ideia discute o componente digital na virtualização das relações de trabalho, em meio ao cenário do capitalismo neoliberal e das

transformações nas relações saber-poder que são criadas a partir das redes sociais, aplicativos de gerenciamento de trabalho, controle numérico do trabalho, indústria 4.0, lógica dos algoritmos e inteligência artificial (Mendes, 2022). O que chamamos aqui de “avanço” é, na realidade, um olhar crítico para as próprias formulações teóricas, reconhecendo que as teorias utilizadas anteriormente não acompanharam as questões que chegam na clínica. Nesse sentido, podemos aproximar este movimento de reflexão a uma perspectiva de decolonização do saber.

A proposta de uma perspectiva decolonial assumida pela psicanálise e de uma psicanálise situada, é discutida e produzida, também a partir do contexto brasileiro pelo psicanalista Thamy Ayouch (2023). Por meio da sua prática de ensino e de discussões clínicas no Brasil ao longo de cinco anos, Ayouch se vale dessa experiência e dos escritos de autoras brasileiras como Lélia Gonzalez, Neusa Souza Santos, Isildinha Batista (Ayouch, 2022), para afirmar que a psicanálise está inserida na matriz da colonialidade e do capitalismo que fundou a era moderna. O autor faz a crítica ao considerar que mesmo que a psicanálise questione, fundamentalmente, vários princípios originados da modernidade como o capitalismo e o dispositivo de sexualidade, ela se isenta de estudar a colonialidade em suas construções teóricas e clínicas (Ayouch, 2023).

Para Mouján & Carvalho (2020) a perspectiva decolonial estaria sustentada, sobretudo, em uma crítica sobre os lugares, formas de produzir e validar conhecimentos. A noção de decolonialidade instaura um novo modo de analisar o mundo e os saberes que se desvincula de epistemes e paradigmas eurocêntricos e americanos (Mignolo, 2017), como uma alternativa teórica e política aos padrões de conhecimento impostos às populações subjulgadas pela colonização (Nascimento, 2021).

Como formula Vieira (2022) a noção de decolonialidade questiona a desnaturalização dos modos de analisar as questões sociais e o conhecimento que é validado, promovendo o olhar e a centralidade para vozes periféricas. Articulando essa ideia ao campo da clínica com trabalhadores, podemos interpretá-la por três caminhos: (1) considerar saberes, conhecimentos, estudos e autores que não fazem parte de um círculo hegemônico; (2) considerar trabalhadores em sua diversidade,

contemplando categorias profissionais distintas, não tradicionais e que são, em sua maioria, negligenciadas ou invisibilizadas em tantas dimensões, e (3) considerar o trabalho enquanto categoria ontológica, considerando os aspectos históricos e sociais dessa construção.

As propostas decoloniais são essenciais no processo de historicização uma vez que viabilizam a desconstrução da racionalidade ocidental (Ayouch, 2019). Ao articular psicanálise e decolonialidade, este pesquisador nos propõe pensar se a psicanálise, enquanto teoria construída em um contexto europeu e eurocêntrico, questiona seus próprios conceitos e perpetua certos aspectos implícitos da razão hegemônica e suas nuances de dominação. Estas reflexões compreendem a dimensão da colonialidade do saber e nos interessa de forma crucial pois, ao apresentar novas proposições para uma clínica com trabalhadores, não queremos cair na armadilha de uma reformulação simplista, mas sim propor uma clínica outra, fundamentada na análise crítica das nossas próprias formulações teóricas.

Ao questionar quem pode falar no divã, Ayouch (2023) demonstra a importância da psicanálise situada, ou seja, a necessidade de uma psicanálise que considere o contexto social, histórico e político singular em que ela está inserida, indo de encontro ao universalismo. O autor completa que “uma epistemologia situada implica manter constante o questionamento do lugar a partir do qual um-a analista e um-a teórico-a da análise escutam e falam, e não isentar a psicanálise da crítica da enunciação que ela endereça a outras perspectivas” (Ayouch, 2023, p. 1.202).

Quando estes questionamentos vêm à tona, recordamos de uma das questões centrais da nossa proposição de uma clínica com e para trabalhadores: “qual clínica? para quem? para qual trabalho?”. Pensar nessas interrogações é, ao mesmo tempo, pensar nos atravessamentos da colonialidade em nosso próprio fazer ético-político enquanto pesquisadores, clínicos, professores, profissionais etc.

Ao questionar como o reconhecimento da colonialidade, como efeito de dominação e lugar de enunciação, perpetua relações de poder até hoje, indaga-se a possibilidade de uma outra escuta a partir da Psicanálise:

O que seria uma psicanálise da diferença colonial, dessa margem onde, no que diz respeito a relações sociais de raça, surgem aspectos psíquicos da colonialidade do poder, do saber, do gênero ou do ser? Que desobediência disciplinar epistemológica, específica ao gesto dos estudos decoloniais, por exemplo, poderia ser assumida aqui pela psicanálise? (Ayouch, 2023, p. 1195).

Não trazemos respostas, mas propormos que um ponto de partida seja pensar a clínica com trabalhadores a partir de uma perspectiva decolonial que considera as categorias “raça, gênero e classe social”. Neste trabalho, por questões de delimitação de objetivos, iremos nos voltar apenas para a categoria “raça”.

O conceito de “raça” está relacionado à divisão axial do trabalho na economia-mundo, a oposição centro-periferia (Balibar & Wallerstein, 2021). A ideia de raça também é elaborada por Ayouch (2019) ao ser o conceito que permeia e tenta justificar a divisão internacional do trabalho. O autor elabora ainda que este é um conceito para explorar outros corpos. Acrescentamos que não é apenas isso, mas um conceito que determina quais corpos ocupam quais espaços e quais corpos serão submetidos a determinados tipos de trabalho.

Em sua última obra “A raça no divã” (Ayouch, 2024, tradução nossa) a questão racial é colocada como central na discussão sobre a proposta de uma clínica que articule o psíquico e o político, o subjetivo e o social e se ampare em renovar seu arcabouço teórico a partir de uma visão interseccional. Para o autor, “raça” seria relacional, sempre faz parte de uma relação que tem suas posições determinadas através da construção histórica, política, social e econômica que resulta em definições de diferença e semelhança, inclusão e exclusão, vantagem e desvantagem, insegurança e estabilidade (Ayouch, 2024).

Por fim, tentaremos situar o que estamos chamando de clínica com trabalhadores. Advertimos que não há conclusões ou definições conceituais precisas, mas sim uma elaboração preliminar sobre esta proposta, uma proposta em construção. É tentador iniciar essa proposta

partindo das diferenças entre essa nova proposição e o que é considerado clínica do trabalho no Brasil. Uma das diferenças fundamentais é que a clínica com trabalhadores utiliza dispositivos da psicanálise em suas bases teóricas e na clínica. Além disso, há uma direção do tratamento (Lacan 1958/1998) e da cura (Freud, 1913/2010) ancoradas na questão da transferência. Tais particularidades não apenas distinguem qual tipo de escuta está sendo oferecida, mas sinalizam como será a condução deste tratamento e quais as implicações disto para os sujeitos, os trabalhadores.

Uma segunda especificidade diz respeito ao atendimento individual, se diferenciando dos coletivos de trabalho propostos pelas intervenções em clínica do trabalho (Mendes, 2007). Reconhecemos as contribuições deste tipo de pesquisa-ação para finalidades pré-definidas, mas compreendemos que ela apresenta alguns limites. Desta forma, a clínica com trabalhadores, assim como a psicanálise, é uma proposição que está intimamente ligada à singularidade, do sujeito, da sua história e de sua relação com o trabalho.

A clínica com trabalhadores se coloca como uma alternativa de escuta dos trabalhadores que leva em consideração o aspecto sócio-histórico e político do contexto em que ele está inserido, neste caso, o Brasil. A partir de uma perspectiva decolonial, a centralidade do trabalho marca as articulações teóricas e clínicas desta proposta. Ainda no que diz respeito ao aspecto decolonial desta clínica com trabalhadores, por ser fundada de forma atenta a questões sensíveis de caráter social e histórico, assim como sublinha Sousa-Duarte (2020a, p. 56) “é fundamental não colonizar as histórias e desejos daqueles que buscam conosco no espaço clínica significar suas dores do trabalho”. Nesse sentido, podemos dizer que esta clínica aposta em uma escuta que não colonize ainda mais os sujeitos.

Considerações Finais

Por meio de um estudo teórico, este trabalho revisitou os estudos sobre clínica do trabalho no Brasil produzidos nos últimos dez anos e buscou articular o conceito de colonialidade a uma proposta de clínica com trabalhadores, tendo como referenciais a psicanálise e a crítica social. Esta proposição de articulação se faz singular e inovadora à medida que utiliza o conceito de colonialidade, decolonial em sua gênese, do campo da sociologia para (re)pensar os estudos sobre clínica do trabalho no Brasil.

A literatura que discute a clínica do trabalho no Brasil, ou a tentativa de articular clínica e trabalho no Brasil, negligencia o aspecto histórico e social do trabalho, o que já sinaliza uma grande inconsistência. Consequentemente, constatou-se também a presença inexpressiva de discussões sobre colonialidade neste campo. Além disso, a apropriação do termo “clínica” sem, necessariamente utilizar dispositivos clínicos e conduzir um tratamento em direção à cura, nos parece uma apropriação que parte de uma indefinição e de uma confusão epistemológica e conceitual da noção de clínica. Embora reconheçamos os avanços, acadêmicos e políticos, alcançados no campo da saúde mental do trabalhador a partir destes estudos e intervenções, acreditamos que novos alcances e discussões trazidas nesta pesquisa podem contribuir para o campo de investigação e intervenção.

Ao construirmos a discussão utilizando a noção de colonialidade, ficou evidente que, embora a colonialidade seja um conceito latino-americano e se insira no campo dos estudos decoloniais, não há expressividade de estudos que tratem a colonialidade no contexto brasileiro, menos ainda que tratem a colonialidade do trabalho ou a relação entre colonialidade e trabalho. Ou, ainda, que proponham a interlocução entre colonialidade e clínica. Ou seja, mesmo com o “real” da colonialidade na sociedade brasileira, há uma ausência de discussões teóricas que se apropriam desse conceito. Considerando a relação entre o processo de colonização e a divisão do trabalho em nosso país, podemos assumir que é, no mínimo, problemático não considerar as dimensões da

colonialidade no momento em que as teorias que discutem o trabalho são construídas, transmitidas e reproduzidas.

Ao enaltecer a importância da história do trabalho no país, esta pesquisa evidenciou a divisão racial do trabalho no Brasil, e lançou olhar para as estruturas de exploração colonial, enraizadas nas dinâmicas de poder, exclusão e racialização nas práticas sociais e subjetivas, especialmente no âmbito do trabalho e dos estudos sobre trabalho. Algumas limitações da nossa pesquisa estão associadas ao pouco número de estudos neste campo. Por esse motivo, reconhecemos que houve uma dificuldade em elaborar uma fundamentação teórica mais concisa, e consideramos esta uma das lacunas que pretendemos aprofundar melhor em pesquisas futuras.

Defendemos a premissa de que a clínica com trabalhadores, tendo como referencial teórico e clínico a psicanálise, abre mais possibilidades para investigar os atravessamentos da colonialidade na subjetividade do trabalhador e nas relações de trabalho, uma vez que esta definição traz desdobramentos discursivos e políticos. Defendemos também que esta proposta de clínica é uma alternativa promissora ao considerar tanto o aspecto inconsciente quanto os aspectos sociais, históricos, políticos e econômicos do trabalho em nosso país.

Contudo, reconhecemos que a Psicanálise, enquanto campo do saber que se originou na Europa, demanda de nós um exercício de pensá-la de forma crítica, questionar seus pressupostos e expandir seu alcance teórico. Não reforçamos que a proposta de uma clínica -decolonial- do trabalho deva excluir ou rejeitar a Psicanálise enquanto saber europeu, mas precisamos situá-la dentro da realidade e especificidades do contexto brasileiro. Assim, surge a possibilidade de diálogos com outros campos do saber que discutam o trabalho e sua dimensão histórica e social no Brasil para fornecer interlocuções diversas e não hegemônicas.

A clínica com trabalhadores se coloca como uma aposta e pretende inaugurar um marco teórico-epistemológico-político no campo da clínica do trabalho e dos estudos sobre o trabalho. Lançar a discussão colonial-decolonial neste campo nos coloca diante das tensões sobre as possibilidades e impossibilidades de interlocuções do pesquisador-clínico neste campo.

O trabalho do clínico também se apresenta como um importante campo de investigação nesta temática, por isso sugerimos que novas pesquisas, com outros tipos de métodos, como por exemplo entrevistas com psicanalistas e clínicos do trabalho, possam ser realizadas. Ter acesso a esses dados pode contribuir para a compreensão de como as práticas clínicas estão alicerçadas teórica e epistemologicamente, ao mesmo tempo que pode expandir o entendimento de como estes clínicos estão trabalhando questões sócio-históricas da colonialidade em suas clínicas.

Acreditamos que esta pesquisa contribui para o campo da Psicanálise, da clínica do trabalho e dos estudos sobre o trabalho ao oferecer apontamentos críticos sobre as teorias existentes e suas insuficientes abordagens da realidade brasileira. A formulação de uma clínica com trabalhadores demanda futuras pesquisas que investiguem o andamento das formulações teóricas, avanços clínicos, tanto nos aspectos metodológicos quanto no que concerne à formação de clínicos que atuem a partir dessa perspectiva.

No entanto, reconhecemos a lacuna de nossa pesquisa no que diz respeito à ausência de discussões sobre as categorias da colonialidade “gênero e classe social” e propomos futuros estudos que contemplem estes temas. Sugerimos que sejam investigadas outras classes de trabalhadores e outros tipos de trabalho. Sugerimos também que seja definido o conceito de trabalho que está sendo utilizado nessa proposição teórica, a fim de evitar confusões conceituais.

Concluimos que este trabalho é o início da construção de uma proposta que almeja, ao menos, uma mudança de paradigma em dois campos: estudos clínicos sobre o trabalho e Psicanálise. Esta pesquisa pode ser considerada como um ponto de partida para novas pesquisas que se interessem em discutir a historicização do trabalho no Brasil, a subjetividade dos trabalhadores e o aspecto sócio-histórico da clínica. Por ser um ponto de partida, não pretende conclusões, mas questionamentos que abrem e fortalecem o pensar crítico sobre a construção teórica, metodológica e epistemológica de uma clínica com e para trabalhadores.

Referências

- Albarelo, B. A., & Freitas, L. G. (2022). A clínica psicodinâmica do trabalho e adaptações realizadas por pesquisadores no Brasil. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 22(2), 2039-2046.
- Amaral, G. A., Borges, A. L., & Melo, A. P. (2017). Organização do trabalho, prazer e sofrimento de docentes públicos federais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 20(1), 15-28.
- Amaral, G. A., Mendes, A. M., & Facas, E. P. (2019). (Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas. *Revista Subjetividades*, 19(2), 1-14.
- Antonio, C. de Araujo, & Mendes, A. M. (2023). Trabalho digital e subjetividade: o olhar da psicanálise. *Semina Ciências Sociais E Humanas*, 44(2), 235–244.
- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e Hibridez, gênero, colonialidade, subjetivações*. Calligraphie.
- _____. (2022). Raça, interseccionalidade e psicanálise. Em: Stona, J. (org). *Relações de gênero e escutas clínicas*. Afirmativa, 19-40.
- _____. (2022). Psychanalyse et colonialité: le pouvoir d'être affecté.e par la race. Em: Brunetière et al (diretores). *Le pouvoir d'être affecté, souffrances, résistances et émancipation*. Hermann.
- _____. (2023). Quem Pode Falar no Divã? Raça e Psicanálise Situada. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 23(4), 1193–1211.
- _____. (2024). *La race sur le divan*. Anacaona.
- Balibar, E., & Wallerstein, I. (2021). *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*. Boitempo.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89–117.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bento, C. (2022). *O Pacto Da Branquitude*. Companhia Das Letras.
- Bernadino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (2018). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Autêntica.
- Bezerra, M. L. C. A., & Francisco, A. L. (2021). Cartografia de uma escuta clínica do trabalho em uma instituição judiciária federal. *Psicologia em Revista*, 27(1), 126-144.
- Biasi, E., & Thomé, G. dos S, (2018). Limitações físico-laborais e sofrimento psíquico: o atendimento psicológico

- a sujeitos que vivenciam a incapacidade laboral. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 39(2), 117-128.
- Borstmann, R. da S., & Perez, K. V. (2018). Trabalho e Tempo: Modos de Subjetivação das Trabalhadoras Safristas das Indústrias do Fumo de Santa Cruz do Sul. *PSI UNISC*, 2(2), 177-194.
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão E Sociedade*, 5(11), 121–136.
- Bottega, C. G., & Merlo, A. C. (2017). Clínica do Trabalho no SUS: Possibilidade de escuta aos trabalhadores. *Psicologia & Sociedade*, 29: e156376.
- Brum, E. (2019). *Brasil, um construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Arquipélago Editorial.
- Cabral, A. (2024). *Discursos Anticoloniais*. Expressão Popular.
- Caldas, M.T., Alves, M. J. S., Caldas, L. P., Pedrosa, R. F. O. (2016). Clínicas do trabalho e sentido: o caso das benzedadeiras de Alagoas. *Logos & Existência*. 5(1), 40-56.
- Calligaris, C. (2021). *Hello, Brasil! e outros ensaios: Psicanálise da estranha civilização brasileira*. Fósforo.
- Canuto, L. G. S. B., & Macêdo, K. B. (2022). O trabalho de professores em creches: uma revisão/The work of teachers in nursery centers: a review. *Brazilian Journal of Development*, 8(5), 36794–36809.
- Cardoso, M. R., Demantova, A. G. ., Silva, G. V. L., Alves, J. C. D., Honório, V. H. L., & Tannuri, Y. de A. (2021). Sofrimento psíquico e trabalho em tempos de pandemia: uma intervenção clínica com educadores. *Estilos Da Clinica*, 26(1), 44-57.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo negro.
- Castro, L. S. P., & Monteiro, J. K. (2016). Saúde no trabalho de fumicultores do RS: não adoece somente quem fuma, mas também quem planta. *Psicologia em Revista*, 22(3), 790-813.
- Cavalcante, D. M., & Dias, M. (2017). O capitalismo como algoz da vulnerabilidade no trabalho. *Ciência amazônica*, 1(2).
- Césaire, A. (1913/2020). *Discurso sobre o colonialismo*. Veneta.
- Chehab, A. C. (2017). Sofrimento psíquico no trabalho escravo: contribuições da psicodinâmica do trabalho. *Revista Do Tribunal Regional Do Trabalho Da 10ª Região*, 21(1), 13-28.
- Conde, A. F. C., Cardoso, J. M. M., & Klipan, M. L. (2019). Panorama da psicodinâmica do trabalho no Brasil

entre os anos de 2005 e 2015. *Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(1), 19-36.

Dejours, C. (2018). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez.

Dejours, C. (1987/2017). *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Dublinenses.

Fanon, F. (1961/2022). *Os condenados da terra*. Zahar.

Fanon, F. (2015/2024). *Escritos políticos*. Boitempo.

Fanon, F. (2020). *Alienação e liberdade, escritos psiquiátricos*. Ubu.

Faustino, D. (2018). Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, 20(42), 148-163.

Feltrim, M. P. de M., & Silva, G. E. da. (2020). Readaptação do docente ao trabalho: a experiência de professores de uma escola pública de Maringá-PR. *Conversas Em Psicologia*, 1(2), 1-32.

Freud, S. (1913/2010). Artigos sobre a técnica. *Obras completas (1911-1913)*. Companhia das Letras.

Gama, L. P., & Mendes, A. M. (2019a). (Im)possibilidade de investimento pulsional no trabalho: análise de um caso em clínica do trabalho. *Trivium*, 11, 113-122.

Gama, L. P., & Mendes, A. M. (2019b). O humor no entrecruzamento da política e do trabalho numa perspectiva psicanalítica. *Psicologia Em Estudo*, 2, 48-61.

Gama, L. P., Mendes, A. M., Vivés, J., & Chatelard, D. S. (2023). Uma nova voz, um novo olhar: armadilhas da formação humorística'. *Revista Tempo Psicanalítico*, 55, 152-186.

Ghizoni, L. D., Medeiros, S. N. de, Carvalho, G. M. de, Santana, P. M., Magnus, C. de N., Lima, P. A. M., Mendes, A. M. (2015). Clínica Psicodinâmica do Trabalho: a prática em diversos contextos de trabalho. *DESAFIOS - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, 1(1), 74-94.

Ghizoni, L. D., & Mendes, A. M. (2014). Mobilização de um coletivo de catadores: prática em Clínica Psicodinâmica da Cooperação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(2), 206-223.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Gil, A. C. (1946/2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.

Gil, A. C. (2021). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Atlas.

Gil, A. C. (2022). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

- Giongo, C. R., Monteiro, J. K., & Sobrosa, G. M. R. (2015). Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, 23(4), 803-814.
- Giongo, C. R., Monteiro, J. K., & Sobrosa, G. M. R. (2017). Sinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. *Psicologia & Sociedade*, 29, e14764.
- Gomez, V. A., Chatelard, D. S., & Araujo, T. C. C. F. de. (2021). Clínica do Trabalho: Contribuições da Psicanálise para o Exercício Profissional. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 41(spe2), e192735
- Gómez, V. A., & Chatelard, D. S. (2020). A Prática Psicanalítica Frente ao Sujeito Contemporâneo: Reflexões A Partir da Clínica-escola. *Revista Subjetividades*, 20(spe2), 1-9.
- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. Zahar.
- Lacan, J. (1958/1998). *A direção do tratamento e os princípios do seu poder. Escritos*. Jorge Zahar.
- Lander, E. (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO.
- Lima, M. E. A. (1998). A Psicopatologia do trabalho. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 18(2), 10–15.
- Lourenço, L. R., Gomes-Souza, R., Silva-Dias-Costa, G., & Santos, R. L. (2024). Violências de gênero na organização do trabalho das oficiais de justiça. *Revista Ciências do Trabalho*, 25.
- Macêdo, K. B., & Miranda, F. J. (2019). Psicodinâmica do trabalho: da França ao Estado de Goiás: sua inserção na comunidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 24(2), 215-224.
- Machado, L. de S., & Macêdo, K. B. (2017). Análise Bibliométrica dos Estudos em Clínica Psicodinâmica do Trabalho. *Revista Subjetividades*, 16(1), 9–22.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. *El giro decolonial, Reflexiones para uma diversidad epistémica más allá del capitalismo*. Siglo del Hombre.
- Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 71-114.
- _____. (2016). Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade E Estado*, 31(1), 75–97.
- _____. (2019). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas.

- Em Bernadino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., Grosfoguel, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Autêntica, 31 – 61.
- Magnus, C. de N., & Merlo, A. R. C. (2015). Clínica Psicodinâmica do Trabalho: a construção de um coletivo no real da pesquisa. *Revista Polis e Psique*, 5(3), 179-197.
- Marx, K. (1867/2023). O capital- livro 1. Boitempo
- Melo, R. H. C. de, Torres, T. de L., Moura, E. I., & Falcão, J. T. da R. (2023). Análise do trabalho na justiça trabalhista: o olhar da clínica da atividade. *Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho*, 26.
- Memmi, A. (2007). *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Civilização Brasileira.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: Teoria, Método, Pesquisas*. Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. (2018). *Desejar, Falar, Trabalhar*. Editora Fi.
- _____. (2020). Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização. Em: Sousa-Duarte, F; Mendes, A. M.; Facas, E. P. (orgs). *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Editora Fi, 76 - 90.
- _____. (2022). *As Galinhas que lutem! O Trabalho na Clínica Lacaniana*. Circuitos Edições.
- Mendes, A. M., & Araujo, L. K. R. (2012). *Clínica Psicodinâmica do Trabalho: O sujeito em Ação*. Juruá.
- Mendes, A. M., Araujo, L. K. R., & Facas, E. P. (2014). Clínica Psicodinâmica do Trabalho e Políticas Públicas de saúde do trabalhador. *Diálogos em Psicologia*, 1, 20-37.
- Michaelis. (s.d.). Colonialismo. Em *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Acessado em 20 de novembro de 2024 em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/colonialismo/>
- Michaelis. (s.d.). Colonização. Em *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Acessado em 20 de novembro de 2024 em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/coloniza%C3%A7%C3%A3o/>
- Mignolo, W. (1995). *The Darker Side of the Renaissance. Literacy, Territoriality and Colonization*. Michigan University Press.
- _____. (2003). *Histórias locais/projetos globais, Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Editora UFMG.

- _____. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Em: Lander, E. (org.). *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, 35- 54.
- _____. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- _____. (2010). *Desobediencia Epistémica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Ediciones del Signo.
- _____. (2017). Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94).
- Montalvão, L. A. (2021). *Trabalho e centralidade do trabalho na psicodinâmica de Christophe Dejours: uma investigação metateórica e histórica*. [Tese de Doutorado, Universidade do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32886>
- Monteiro, J. K., Riss, L. A., Pooli, A. M., Henrich, P., & Kasper Machado, I. C. (2018). Prevenção do assédio moral no trabalho na visão de servidores público do judiciário. *Psicologia Argumento*, 36(94), 546–564.
- Moreno, O. J. S., Mendes, A. M. (2024). Un debate entre la inteligencia artificial y la ideología. *Razón Y Palabra*, 28(119), 1–14.
- Mouján, I. F., & Carvalho, S. S. (2020). *Pedagogias de(s)coloniais, saberes e fazeres*. CLACSO.
- Nascimento, E. O. (2021). Colonialidade, modernidade e decolonialidade: da naturalização da Guerra à violência sistêmica. *Intellèctus*, XX(1).
- Oliveira, T., & Amador, F. (2022). Por uma clínica do trabalho antirracista. *Mnemosite*, 18(2), 105-118.
- Oliveira, T., & Amador, F. S. (2023). Estilizações Marginais: considerações sobre colonialidade e problemas clínicos do trabalho na docência da educação básica. *Psicologia & Sociedade*, 35.
- Orejuela, J., Malvezzi, S., Vásquez, A., & Mendes, A. M. (2020). The Clinics of work: An Alternative Vision of Occupational Health. *International Journal of Psychological Research*, 13, 109-117.
- Pereira Soares, A., Gregoviski, V., Pereira Soares, J., & Kielling Monteiro, J. (2022). As repercussões da

covid-19 no trabalho em saúde mental e na saúde do trabalhador. *Trabalho (En)Cena*, 7, e022024.

Quijano, A. (1990). La nuova heterogeneidad estructural de America Latina. *Hueso Humero*, 26, 8-23.

_____. (1992). Colonialidad y modernidade/racionalidade. *Peru Indígena*, 13(29), 11-20.

_____. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 37.

_____. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em Lander, E. (org.)

A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.

CLACSO, 107- 130.

_____. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. Em: Sousa Santos, B.; &

Meneses, M. P. (orgs). *Epistemologias do Sul*. Almedina, 13-117.

_____. (2014a). América Latina em la economía mundial. Em: *Questiones y horizontes: de la*

dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Colección

Antologías, 227 – 244.

_____. (2014b). *Textos de fundación*. Palermo, Z.; Quintero, P. (orgs.). Ediciones del Signo.

Quintero, P., & Figueira e Paz, P. (2019). *Uma breve história dos estudos decoloniais*. MASP Afterall.

Reis, D. (2022). A Colonialidade do Saber: perspectivas decoloniais para repensar a Univers(al)idade.

Educação & Sociedade, 43.

Rodrigues, T. M. L. C., Dalri, R. de C. M. B., Bocalon, P. C., & Scorsolini-Comin, F. (2022). As relações de

trabalho no contexto da COVID-19 à luz da psicodinâmica do trabalho: revisão de

escopo. *Conjecturas*, 22(17), 363–382.

Rosa, R. R. da, & Quiroga, C. V. (2019). Vicissitudes da experiência laborativa de enfermeiros de

Unidades de Terapia Intensiva Neonatal. *Revista da SBPH*, 22(1), 28-50.

Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista De Enfermagem*, 20(2), v–vi.

Rubbo, D. (2018). Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com

Mariátegui. *Estudos Avançados*, v.32 (94), 391-409.

Santiago, E., Zanola, P. C., Hisamura Junior, R. S., & Silva, I. Y. M. da. (2016). O sentimento de medo no

cotidiano de trabalho na vigilância prisional e seus impactos sobre a subjetividade dos agentes penitenciários. *Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho*, 19(2), 161.

Santos, I. C. dos, Vinagre, R. F., Pessanha, L. P. M., & Castro, A. de C. (2022). Perspectivas francesas na psicologia do trabalho: análise dos processos de apropriação no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 34.

Segato, R. (2021) Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. *Psicologia em Estudo*, v. 27.

Silva, C. O. da, & Ramminger, T. (2014). O trabalho como operador de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12), 4751–4758.

Silva, N., & Omena, J. (2024). O mito da modernidade: reflexões acerca da colonialidade e das suas diversas facetas. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n.1, pp.140-162.

Silva, S. L. (2024). *Ensurdecimento das vozes do supereu na clínica lacaniana do trabalho*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB.

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/48853>

Soldera, L. M. (2017). Clínicas do Trabalho: Concepção histórica e desenvolvimento de uma proposta heterogênea. *Trabalho (En)Cena*, 2(1), 50–64.

Sousa Santos, B. de, & Meneses, M. P. (2009) (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Edições Almedina.

Sousa-Duarte, F. (2020a) Por uma Psicopatologia Crítica do Trabalho. Em: Sousa-Duarte, F., Mendes, A. M., & Facas, E. P. (Orgs). *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho*. Editora Fi, 35-62.

_____. (2020b). *Trabalhadores no divã: Contribuições da psicopatologia clínica do trabalho* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB.

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/38707>

Sousa-Duarte, F., Brown, P., & Mendes, A. M. (2020). Healthcare professionals' trust in patients: A review of the empirical and theoretical literatures. *Sociology Compass*, 14(10), 1-15.

Sousa-Duarte, F., Mendes, A. M., & Facas, E. P. (2020). *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Editora Fi.

- Sousa-Duarte, F., Silva, S., Martínez, M. J., & Mendes, A. M. (2022). Da Psicodinâmica à Psicopatologia do Trabalho no Brasil: (in)definições e possibilidades. *Psicologia Em Estudo*, 27, e48172.
- Tundis, A. G. O., & Monteiro, J. K. (2018). Ensino superior e adoecimento docente: um estudo em uma universidade pública. *Psicologia da Educação*, (46), 1-10.
- Vieira, C. E. C. (2022). Apropriações decoloniais das clínicas do trabalho. *Psicologia em Revista* 28, 245–268.
- Walsh, C. (2013). *Pedagogías decoloniales : prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, tomo II. Abya Yala.
- Zevallos, E. (2018). Aníbal Quijano (1930-2018), Instituto de Estudos Avançados e o contexto peruano. *Estudos Avançados*, v.32 (94), 411-427.

